



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 423 - DE 13 A 27 DE NOVEMBRO DE 2011 - R\$ 3,00

Estudantes da USP em greve para expulsar a PM do campus, pelo fim dos processos contra estudantes e trabalhadores



Rondônia: Viva a heróica greve de estudantes e professores da Unir

O imperialismo prepara ataque ao Irã: Defender a autodeterminação dos povos



Argentina: É urgente responder à crise e ao governo burguês de Kirchner com a ação direta e o programa proletário, não com experimentos oportunistas



Por que as Centrais sindicais apoiam o ministro acusado de corrupção

Em breve comunicado, intitulado “Nota oficial de apoio ao ministro do Trabalho e Emprego”, as Centrais Força Sindical, Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) saíram em defesa do ministro Carlos Lupi (PDT), acusado de abrigar em sua pasta assessores que cobravam propinas de organizações não governamentais (ONGs), em convênios destinados à capacitação.

Na revista *Veja*, especializada em divulgar escândalos de corrupção, principalmente nos governos petistas, representantes de ONGs delataram o esquema. O ministro demitiu dois dos implicados e declarou-se isento da bandidagem.

A Força Sindical, presidida por Paulo Pereira da Silva (Paulinho) tomou a iniciativa de arregimentar outros aparatos, entre eles a CTB, controlada pelo PCdoB, para defender Lupi. Esse senhor pertence ao PDT, partido esse que se apoia na Força Sindical.

O novo escândalo ocorre poucos dias depois da queda do ministro dos Esportes, Orlando Silva, membro do PCdoB, também acusado do mesmo crime. Não é de estranhar que Wagner Gomes, presidente da CTB, seja o segundo nome na lista de apoio a Lupi, encabeçada por Paulinho. Esses burocratas e partidos que fragmentam o movimento sindical, por meio de várias Centrais, dependem em grande medida do Estado e da política burguesa para sobreviver.

Paulinho e sua mulher arcam com processos de desvio de dinheiro e apropriação indebita para fins particulares. Como se vê, essa gente está entrelaçada nas malhas da corrupção que esquadrinham o Estado capitalista. O ministro Lupi serviu-lhes de instrumento para ter acesso às benesses do governo de Lula e, agora, de Dilma. Recebe polpudos recursos que são captados por sindicatos e ONGs que se arvoram a resolver o desemprego com os fraudulentos cursos de capacitação. Os fundos do FAT são saqueados pelo governo e uma parte do dinheiro é entregue aos larápios da Força Sindical, CTB, CUT etc.

Os dois mandatos de Lula se abriram como um paraíso para todo tipo de burocratas que vestem a máscara de sindicalista. Esse fenômeno deletério é parte da estatização dos sindicatos. Sob o governo Lula, as portas foram arreganhadas para os burocratas politiquieiros, que se valem dos sindicatos para apoiar a política antitrabalhadora promovida desde o Estado. O cargo de ministro entregue ao PDT faz parte da barganha com o sindicalismo fisiológico. A Força Sindical que era adversária da CUT, tornou-se um dos pilares de sustentação do governo petista no movimento sindical. O sindicalismo de direita se potencializou defendendo a política do caudilho Lula, voltada a proteger o grande capital e a promover a conciliação de classes. O governo Dilma é uma sequência.

Os cinco ministros que caíram no governo de Dilma, acusados de quadrilheiros, faziam parte da aliança constituída por Lula, herdada pela nova administração petista. É bem possível que a presidente seja obrigada a afastar Lupi. Sai um, entra outro, e as quadrilhas permanecem.

A corrupção é consequência das relações capitalistas de produção e distribuição sobre as quais o Estado se assenta. A burocracia sindical também é produto dessas relações. Essa apodrece servindo aos interesses da burguesia, expressando sua política de opressão sobre a classe operária e a maioria oprimida.

É necessário rechaçar o apoio dos sindicatos a qualquer político patronal. Fatos como esse possibilitam a denúncia contra os burocratas e a defesa da independência dos sindicatos perante o Estado burguês.

Lupi desafia Dilma

O ministro declarou que a presidente o conhece muito bem, que não vai demiti-lo e que somente sairá do posto a bala. Desconsiderando a força de expressão “a bala”, Lupi deu um recado àqueles que o querem no olho da rua, inclusive membros de seu partido, como Miro Teixeira, de que ainda tem suficiente influência política. Mas, sem dúvida, dirigi-se a Dilma.

O PDT pesa nas votações dos projetos. Coincidentemente, a decisão sobre a prorrogação da “Desvinculação das Receitas da União (DRU) depende dos seus 26 deputados e 5 senadores, sem os quais o governo não obtém os votos necessários. A oposição (PSDB e DEM) não quer dar-lhe mais 4 anos de prorrogação.

A DRU burla a exigência de gastos sociais previstos em lei. Retira parte do orçamento da educação, saúde, etc. É uma alta soma que serve para compor o superávit primário, destinado a pagar juros e amortizações da dívida pública aos banqueiros. Assim, Lupi pôde dizer: “Duvido que Dilma me tire. Ela me conhece há 30 anos.”

Certamente, a DRU é um problema circunstancial, que serve à oposição para se arvorar de negociadora. A DRU foi largamente utilizada pelo PSDB e DEM, na gestão de Fernando H. Cardoso. Ocorre que o PDT é considerado um aliado histórico de esquerda pelo PT, embora, sob a liderança do caudilho Leonel Brizola, vivesse em conflito com os petistas. Mas, desaparecido Brizola, Lula pôde brilhar folgado e arregimentar o PDT, que ao lado do PSB e PCdoB constitui a ala esquerda da aliança pró-capitalista. Na direita, o espectro vai do PMDB, o principal pilar da governabilidade, ao PP dos malufistas.

Dilma foi conduzida ao poder por influência de Lula. Teve de assumir essa composição partidária esdrúxula, fisiológica e oligárquica. O caudilho Lula pôde governar por cima dela e mesmo da oposição. Contou com apoio do capital multinacional e dos banqueiros, que viram no ex-líder metalúrgico uma via de estatização dos sindicatos e de continuidade da política econômica de FHC, sem os sobressaltos da luta de classes. Mesmo assim, Lula passou apertado com os escândalos de corrupção, principalmente no caso do chamado “mensalão”.

A presidente não tem como reproduzir o fenômeno do bonapartismo sui generis, garantido pelo caudilismo. Tem realizado um governo obscuro, sobrevivido do impulso econômico do passado e administrado o dia-a-dia. Inclinou seu governo para os Estados Unidos. Mas objetiva seguir passivamente os

acontecimentos internacionais e ficar no meio termo. Não tem a facilidade de Lula de ocultar a diretriz pró-imperialista.

Observamos, portanto, uma dependência desesperadora perante a aliança que herdou do lulismo. Caíram 5 ministros acusados de corrupção e 1 por desacato (ministro Nelson Jobim, da Defesa). Todos eles vieram do governo Lula. As cabeças começaram a rolar da direita para a esquerda da aliança – o caso mais recente foi o do ministro dos Esportes, do PCdoB. Agora, a cota coube ao PDT.

Dilma censurou a petulância de Lupi, mas se mostrou “complacente” com o desbocado. Esperam-se que as provas não incriminem diretamente o ministro do Trabalho. Se puder acobertar sua responsabilidade, a presidente o fará. Quem precisa do PDT não pode se dar o luxo de mostrar autoridade.

Espionagem do exército: manifestação da ditadura burguesa

A revista CARTA CAPITAL, de 19 de outubro, trouxe como matéria de capa a denúncia da existência de um manual de campanha do exército brasileiro de Contra Inteligência. O documento, classificado como “reservado”, foi elaborado sob o governo Lula com a benção do ex-ministro Nelson Jobim e aponta um conjunto de “instruções” de como espionar os movimentos e a vida das “forças/elementos adversos” à segurança do “sistema exército brasileiro”, que inclui praticamente toda a sociedade não fardada do país.

O manual foi veiculado à tropa, em abril de 2009, pelo então chefe de estado maior general Darke Nunes de Figueiredo, que também ostenta o diploma de ter sido chefe da guarda pessoal do então presidente Fernando Collor de Mello e, atualmente, é assessor do senador. A matéria do CARTA CAPITAL relaciona diversas partes do manual que instruem a elaboração das listas de suspeitos que potencialmente podem realizar ações “hostis” ao exército; como fazer a infiltração nos movimentos sociais, ONGs, etc., e também técnicas de contrapropaganda para disseminação de boatos, desqualificação de acusadores e uso de documentos falsos.

O que chama a atenção não é comprovação da existência dos serviços de inteligência e infiltração das forças repressivas nos movimentos, mas, o momento em que se divulga uma prova de seu pleno funcionamento sob a complacência do “estado democrático de direito” e às vistas do governo petista. Divulga-se num momento de agudização dos conflitos sociais, protagonizados pelas massas que se levantam contra o agravamento de sua opressão, como os verificados neste ano nas inúmeras greves e manifestações pelo país. Uma das formas que a burguesia utiliza para combater os levantes é a criminalização de qualquer protesto ou greve, multando e culpabilizando criminalmente os trabalhadores. A outra é repressão pura e deslavada que continua acontecendo, como se vê na repressão aos movimentos nas universidades, por exemplo. Nesse exato momento, a polícia militar do estado de São Paulo que desalojou os estudantes da USP que ocupavam a reitoria plantou a informação de que os lutadores estavam munidos de bombas incendiárias. A mentira foi propagada pela imprensa e repetida pelo reitor.

Uma ala dos pedetistas, porém, quer a defenestração de Lupi. Deve saber que sua ligação com o deputado e presidente da Força Sindical, o Paulinho, acabará por arreganhar a tampa da privada, ainda apenas semi-aberta.

Está em curso uma crise política, que não se potencializou porque a crise econômica continua sendo administrada. As inúmeras greves e movimentos indicam que as massas procuram o caminho da luta. Estão pressentindo que esse governo de hipócritas e corruptos lhes guarda um duro futuro.

Há que se mostrar o vínculo da burocracia sindical com a podridão burguesa no Planalto. E intensificar a defesa de uma plataforma de reivindicações que defendam os explorados contra a crise e permitam que avance a luta antiimperialista e anticapitalista.

Esse documento coincide com a aparição pública do Cabo Anselmo, no Roda Viva da TV Cultura recentemente, que enfrentou de modo debochado e sereno as câmeras e acusações de jornalistas, e defendeu cinicamente a delação feita de seus companheiros à repressão política da ditadura que resultou na morte de dezenas de militantes. O desempenho do delator vai além de um programa jornalístico. Objetivou mostrar a ação da ultra-direita, que ampara e usa esse verme.

Coincide também com a operação de ocultação dos documentos “produzidos pelos serviços secretos” da ditadura, cujo principal defensor é precisamente Fernando Collor de Mello. Coincide, em síntese, com uma onda de explicitação do reacionarismo da burguesia brasileira em face ao agravamento da tensão social. Por isso, não surpreende a acolhida da campanha fascista dos jornais paulistas e das televisões contra os estudantes da USP, que foram brutalmente reprimidos e tratados como criminosos.

Impotência do democratismo burguês

O tom da reportagem reproduz a reclamação de que o documento seria uma violação da Constituição Federal, denuncia a possibilidade de convivência dos ministros da defesa – o anterior e o atual – e/ou do próprio presidente Lula com as orientações de espionagem. Relata as “iniciativas” parlamentares de “esclarecimentos” solicitadas pelo PSDB, etc. Quer, em resumo, dar a ideia de que a continuidade das operações de repressão e inteligência perpetradas pelos órgãos de segurança do Estado nos moldes da ditadura militar seria uma anomalia no “estado democrático de direito”.

Entretanto, não há nenhuma contradição com a democracia e as técnicas de repressão e espionagem. Pelo contrário, nos escândalos e denúncias sobre as falcaturas que são trocadas entre os governos e oposições, tanto nos níveis federal e estadual, utilizam-se fartamente a espionagem feita pelas polícias civis, militares e a federal a serviço dos grupos econômicos, políticos e criminosos que controlam o “estado democrático de direito”. É, portanto, um cinismo impar a reação de certos parlamentares da oposição que solicitam esclarecimentos ao governo sobre o manual de contra inteligência quando eles próprios se

utilizam desses expedientes nas disputas interburguesas.

É claro que a brutalidade da linguagem militar ao enquadrar toda sociedade como potencial inimigo do exército pode eventualmente chocar a sensibilidade delicada deste ou daquele político ou jornalista burguês. Mas a manutenção da dominação de classe da burguesia exige a utilização de todos os métodos disponíveis para submeter os explorados. É da natureza de todo Estado burguês realizar, na medida de suas possibilidades, a espionagem e infiltração nas “forças inimigas”. Um escandaloso exemplo internacional é o que verifica com a divulgação feita pelo Julian Assange, do Wikileaks que, por se tratar do Estado norte-americano, foi abafado por todos os outros Estados espiados. Quem será finalmente criminalizado é o denunciante.

Bahia

Lançamento da Revista Proletária da Educação em Salvador

No dia 05 de novembro de 2011, houve o lançamento da Revista Proletária da Educação – Nº 6 em Salvador, com a presença de contatos e simpatizantes. Durante o lançamento, foi feita a apresentação da Revista e um debate sobre “A Crise Capitalista e suas Repercussões na Educação”.

A revista é fruto da primeira conferência estudantil do Partido Operário Revolucionário (POR). O POR é um partido marxista-leninista-trotskyista. Organiza-se e se constrói como partido-programa, na medida em que toda ação do partido está necessariamente vinculada à sua estratégia, a revolução socialista do proletariado e, para isso, une dialeticamente a prática militante à elaboração teórica marxista. Perante a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, comparece sempre com a defesa do programa independente da classe operária. Perante todas as formas pelas quais se expressam as contradições da sociedade capitalista, comparece com uma crítica e um combate de classe, revelando a decadência e esgotamento histórico do capitalismo e construindo o horizonte da revolução proletária.

Para o Partido Operário Revolucionário, qualquer fenômeno ou estrutura da sociedade burguesa está necessariamente vinculado e será analisado e combatido com base em seu programa de destruição do capitalismo, coerente com a defesa da revolução proletária.

Durante os dias 23 e 24 de julho de 2011, o Partido Operário Revolucionário realizou a sua I Conferência Nacional Estudantil, com a tarefa de avaliar os congressos nacionais da UNE (União Nacional do Estudantes) e ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre) realizados em 2011 e de avançar e atualizar o Programa da Corrente Proletária na Educação. Na discussão de seu programa para a educação, ficou evidente a sua vinculação obrigatória ao programa da revolução socialista: “O programa para a educação constitui-se como expressão do programa do proletariado de abolição da propriedade privada dos meios de produção e edificação da propriedade social, coletiva, socialista. A transformação da educação é uma das tarefas fundamentais da revolução proletária. Não há um programa para educação à parte, desvinculado do programa de transição da revolução socialista”.

A conferência reforçou a compreensão da tese marxista do de-

A espionagem é uma das manifestações da ditadura da classe da burguesia. A sua liquidação não será, por isso, resultado do “aprimoramento” das instituições democráticas. Sua eliminação virá da supressão do Estado burguês pelo proletariado, apoiado na maioria oprimida. A construção do partido revolucionário, como se vê, depende da correta concepção leninista do trabalho legal e clandestino. O que exige alto grau de elevação política da militância, imersão no seio do proletariado e domínio do programa e da teoria marxista. A melhor resposta a todo tipo de repressão desfechada pela burguesia é progredir o trabalho revolucionário nos locais de trabalho, bairros, escolas e no campo. As massas em luta, soldadas à sua vanguarda, são o maior guardião contra a ação policial.

envolvimento desigual e combinado, especialmente nos países atrasados e caracterizou a educação brasileira como mais uma expressão dessa lei histórica do capitalismo. O Brasil, país de economia atrasada, ao mesmo tempo em que possui níveis educacionais bastante desiguais em relação às economias avançadas, guarda também grandes desigualdades educacionais internas, em relação às suas diversas regiões. O diagnóstico da educação brasileira permite-nos encontrar as limitações impostas por seu controle e domínio exercidos pela classe burguesa: “separação da escola da produção social; imposição de uma divisão social que separa o trabalho manual do intelectual; controle absoluto das forças intelectuais da produção pela classe capitalista; mercantilização do ensino com controle direto dos empresários; avanço depredador da educação a distância; domínio das igrejas sobre parte significativa da educação; estagnação e desintegração do sistema público universitário; exclusão da grande maioria da população do ensino médio e superior e a persistência do analfabetismo geral e funcional”.

Essas tarefas, que encontraram solução nas primeiras repúblicas nacionais europeias pelas mãos da burguesia, não podem mais contar com essa classe para serem solucionadas, já historicamente incapaz de avançar na solução de suas tarefas democráticas. Tão logo conquistou o poder da velha nobreza e do clero feudais, a burguesia ocupou o terreno da reação e sufoca, reprime e controla qualquer tentativa de levar a cabo as suas próprias tarefas. Portanto, resta ao proletariado a tarefa democrática da universalização da educação, “que a incorpora em seu programa”.

Os sucessivos programas de reformas educacionais e políticas lançadas pelos governos burgueses, ao invés de apresentarem uma solução definitiva aos problemas da educação nacional, apenas “têm como objetivo entregar cada vez mais a educação a mercenários do ensino, sejam nacionais ou [estrangeiros]. O Estado estimula a aplicação do capital no negócio do ensino. Cria linhas de crédito do BNDES para socorrer alguns capitalistas, compra vagas [PROUNI], isenta impostos e, principalmente, estrangula as instituições públicas [REUNI]. A privatização e desnacionalização, (...) ao contrário de elevar a formação cultural, profissional e doutrinária da juventude a degrada e massifica, reduzindo ao mínimo de conhecimentos e habilidades imediatamente valorizados pelo mercado”.

“Não há como reformar e democratizar a escola de classe, pois esta

reflete o esgotamento histórico do capitalismo e sobrevive em meio à barbárie social. O programa pequeno-burguês reformista de uma escola nova no seio do capitalismo é utópico e reacionário”.

Os sucessivos fracassos desses programas e reformas deixam claro que “nas condições de domínio do capitalismo em sua fase imperialista e de crise estrutural, tornou-se inviável uma reforma progressiva da educação. Os impasses do ensino não são de ordem pedagógica, mas sim de impossibilidade do livre desenvolvimento das forças produtivas e da elevação das condições de existência da maioria explorada”.

“O programa da classe operária parte da necessidade de destruir a escola de classe e construir uma nova escola, que expresse a propriedade coletiva dos meios de produção e que esteja vinculada à produção social. Somente assim, o conhecimento, a técnica e a tecnologia, que formam as forças intelectuais de produção, estarão sob o controle da sociedade e servirão à humanidade”.

Dessa forma, “o programa proletário para a educação tem por essência a expropriação revolucionária do sistema privado de ensino, a estatização completa, o controle coletivo e a constituição de um sistema único estatal, público, gratuito, laico, científico e ligado à produção social. Esse programa corresponde à tarefa de combater a tendência privatista e monopolista [e desnacionalizante], de pôr fim à coexistência do público com o privado, de eliminar os privilégios de classe, de enfrentar as discriminações sociais e de conquistar o controle da educação pelo proletariado, portanto, por quem estuda e trabalha”.

“A condição essencial para a transformação da escola está em vinculá-la à produção social e eliminar os privilégios de classe. (...) Essa gigantesca tarefa é parte da transformação mais geral da sociedade de classes em sociedade comunista. Esta aí por que a luta atual pelas reivindicações democráticas antagônicas à escola de classe compõe o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Enquanto a burguesia mantiver o poder do Estado e controlar a economia, a escola continuará se degradando e espelhando as contradições iminentes ao modo de produção capitalista”.

O Partido Operário Revolucionário elabora o seu Programa da Corrente Proletária e suas teses e documentos para a educação como expressão de seu programa proletário pela derrubada revolucionária da burguesia e construção do socialismo. O partido, seus militantes, professores e estudantes devem “lutar pela expropriação de toda a rede privada de ensino, sob o controle dos que estudam e trabalham. Isso só pode ser conquistado por meio da ação direta, com os métodos proletários. Somente assim se defende de fato o ensino público e gratuito. Somente assim se defende o direito democrático à educação para todos”.

“A Conferência reforça a necessidade de vínculo entre as bandeiras parciais e circunstanciais com o programa de destruição do sistema privado. A militância porista não despreza nenhuma reivindicação que coloque os estudantes em luta contra a opressão, mas a subordina ao programa estratégico. A Conferência rechaça o centrismo, o reformismo e o estalinismo que isolam as reivindicações elementares do programa e que as transformam em fonte de ilusão sobre a possibilidade de reformar a educação capitalista, de garantir a aprendizagem, de abrir suas portas para os explorados e de colocar a educação a serviço dos trabalhadores”.

A tarefa do Partido Revolucionário deve ser a de derrotar o reformismo, o estalinismo e o centrismo no seio das massas e dos estudantes e “constituir a direção revolucionária do movimento estudantil, que encarne a luta pela construção do partido da revolução proletária”.

A tarefa do Partido Revolucionário deve ser a de derrotar o reformismo, o estalinismo e o centrismo no seio das massas e dos estudantes e “constituir a direção revolucionária do movimento estudantil, que encarne a luta pela construção do partido da revolução proletária”.

Censo da educação superior revela crise da educação no Brasil

Somente 14,4% dos jovens estão na universidade. Crescem o ensino privado e o ensino a distância

O acesso ao ensino superior é uma tarefa democrática, mas a burguesia brasileira já se mostrou incapaz de cumpri-la. É vergonhoso o alarde do governo federal ao apontar o aumento de 110% das matrículas, pois em termos percentuais só 14,4% dos jovens estão no ensino superior. Em uma década, o acesso cresceu apenas 2,4%.

Os dados referentes a 2010, divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas sobre a Educação), mostram a farsa dos Planos Nacionais de Educação (PNE). O Plano de 2001 a 2010 previa a meta de 30% dos jovens no ensino superior em 2010, mas a quantidade mantém-se pífia: 85,6% dos jovens de 18 a 24 anos continuam com seu direito à educação negado.

De 2001 a 2010, o número de vagas praticamente dobrou, mas à custa da compra de vaga nas privadas. Das 2.377 instituições de ensino superior, 88,3% são privadas. Das 6.379.299 matrículas na graduação, 74,24% estão nas mãos dos capitalistas da educação. O crescimento também foi influenciado pela expansão sem estrutura das federais e do aumento do ensino técnico, aligeirado, voltado para o estudante pobre, que passou de 69.797 matrículas em 2001 para 781.609 em 2010; e ao incremento do Ensino a Distância (EaD), que já abarca 14% dos estudantes do ensino superior. Em 2001, o EaD concentrava 5.359 estudantes número que cresceu 170 vezes na última década, chegando a 930.179.

Os desequilíbrios regionais, expressão da lei do desenvolvimento desigual e combinado, também se refletem na educação. O Sudeste concentra 48,7% das matrículas. O Nordeste conseguiu passar de 15,2% para 19,3% das matrículas. No Sul, estão 16,4%, no Centro-oeste 9,1% e no Norte, apenas 6,5%.

A evasão no ensino superior é alarmante: 2.182.229 ingressaram em 2010, enquanto apenas 973.839 concluíram seus estudos. Diante disto, é urgente levantar a defesa do ensino vinculado à produção social: nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem emprego. Em vez de saídas assistencialistas (bolsas); privatistas (compra de vagas nas privadas) e exploradoras (dos financiamentos que fazem com que o jovem saia endividado ao se formar), devemos defender que todos possam trabalhar, com uma jornada compatível com os estudos.

A defesa do emprego a todos, assim como a do direito democrático de acesso irrestrito a todos os níveis de ensino se choca com o capital financeiro e com o imperialismo, que invadem as áreas dos direitos e serviços e procuram transformar tudo em mercadoria. Quatro conglomerados privados, controlados pelo capital estrangeiro, já ultrapassaram o número de vagas das 99 universidades federais.

É urgente que o movimento estudantil desencadeie uma campanha nacional pela estatização da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, autônomo, vinculado à produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham.

Manifesto no terminal de Londrina contra a demissão dos cobradores

No dia 09/11/2011 o Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo chamou um grande ato dentro do terminal central de ônibus coletivo de Londrina em defesa do emprego e pelo fim das restrições às manifestações políticas dentro do terminal.

O ato representa uma conquista para o movimento, pois no mesmo terminal no ano de 2007 os manifestantes que entraram dentro do terminal urbano de Londrina para panfletarem contra o aumento da tarifa foram presos e processados por apologia ao crime, ou seja, faz mais de quatro anos que não acontecia um ato dentro do terminal.

Mesmo sob ameaça dos seguranças do terminal, cerca de 100 manifestantes enfrentaram a repressão e entraram dentro do espaço com o argumento de ser um espaço público, manifestando com jornais e gritos de ordem, sua indignação contra a demissão dos cobradores. A população trabalhadora e de estudantes, que estavam esperando pelos seus ônibus, deu total apoio a manifestação, o que culminou com o fortalecimento do movimento.

Boletim da Corrente Proletária na Educação / Londrina

Contra o corte de bolsas! Contra o corte de orçamento!

A luta pela conquista do direito à educação é árdua. Enfrenta vários obstáculos postos pelo Estado Burguês que se materializam na ação da burocracia universitária.

Só neste ano, o governador do Estado do Paraná, Beto Richa, cortou 38% das verbas para as universidades e anunciou que cortará 40% em 2012. Além de ser uma forma de acelerar o processo de privatização, pois ao cortar verbas o governo força as universidades a buscarem outras fontes de financiamento (taxas, cursos pagos, etc.), o estrangulamento do orçamento das universidades representa mais sacrifício para estudantes se manterem nos estudos.

Só pra começar, o estudante para ingressar na vida acadêmica superior deve passar pelo filtro do vestibular, ferramenta mestra para excluir a juventude do ensino. Isso mostra claramente que não existem vagas para todos os estudantes. E quando passa, o corte de verbas, associado com o modelo privatista de educação, contribui para a não permanência deste estudante dentro da universidade, ou seja, as necessidades fundamentais para os estudantes se manterem nos estudos não são garantidas.

O transporte, a alimentação e a moradia, por exemplo, não são considerados como parte do direito, ou então reduzidos a medidas assistencialistas que tratam o problema como se fossem individuais, como é o caso das bolsas moradias. O corte das bolsas por parte do governo é a materialização de seu corte de verbas, e mesmo que as bolsas moradias não sejam parte de nosso programa, não podemos aceitar a redução.

Para extrapolar os limites do assistencialismo, a juventude precisa se organizar nacionalmente em torno às bandeiras de-

“Quem são de fato os encapuzados?”

Essa pergunta foi feita pelo ex-reitor Wilmar Marçal. Para ele são “hematófagos, mal cheirosos e terroristas”. A questão não é quem somos, mas sim, porque estamos encapuzados? Se assim estamos é porque não somos “um bando de preguiçosos que querem a mídia como emblema de existência”. Não somos uma espécie em extinção. Somos estudantes que trabalham durante a graduação,

A manifestação do comitê fez com que o sindicato arqui-pele-go, vendido aos patrões e politiquieiros, convocasse um dia antes um abaixo assinado. Os trabalhadores, porém, relatam que não confiam na direção sindical. Este é um sério obstáculo à luta dos trabalhadores, por isso a trajetória de traições da direção do Sindicato teve destaque no jornal distribuído.

Além da campanha central contra a demissão dos 500 cobradores, o jornal trouxe a explicação de nossas bandeiras históricas de estatização do transporte, sem indenização, sob controle dos trabalhadores; passe livre para estudantes e desempregados; redução da tarifa e salário mínimo vital. A defesa do método da ação direta e democracia interna do movimento também fez parte do jornal.

A experiência nos mostra que as bandeiras do comitê estão vinculadas às reivindicações mais sentidas na vida dos trabalhadores que são o emprego e o salário. E que a repressão só pode ser superada com uma ação coletiva das massas.

O grito de ordem é: “Passe-Livre, Venceremos! Nenhum centavo a mais! Nenhum cobrador a menos!”

mocráticas de emprego e estudo para todos; nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem emprego; o estudante tem de ter a possibilidade de sustentar-se pelo seu trabalho, que deve ter uma jornada compatível com os estudos; fim do vestibular e livre acesso a todos os níveis de ensino para todos; estatização de todo o sistema escolar sem indenização; estabelecimento de um único sistema público, gratuito, científico e vinculado à produção social; moradia para quem queira morar na universidade; gratuidade dos restaurantes universitários, fim das taxas e passe-livre.

O movimento estudantil da UEL precisa estruturar urgentemente um plano de lutas unificado em assembleias para defender estes pontos. As reivindicações que aparecem inicialmente como particularidades – como o caso da moradia estudantil ou as bolsas sociais – são na verdade de interesse geral, pois afetam os futuros estudantes que ainda não entraram. Se não a enfrentamos, a burocracia universitária consolida a perspectiva privatista na UEL.

A *Corrente Proletária na Educação* convoca todos os estudantes para a construção de uma ampla calourada que expresse a real condição do estudante nas universidades e que essa realidade possibilite a politização desde o início dos estudantes ingressantes.

Participe do ato público, convocado pelos C.A's em repúdio às palavras proferidas pelo Ex Reitor da Universidade Estadual de Londrina, que usa os termos “maconheiros, terroristas, mal-cheirosos e tanto outros adjetivos pejorativos para se dirigir aos estudantes que lutam pela autonomia universitária, contra a repressão e suas bandeiras históricas. Veja abaixo a carta dos estudantes.

para mantermos nossa subsistência e comprarmos nossos livros, muitos viajam ficando longe de suas famílias para realizar os estudos, não somos contemplados por políticas de permanência e ainda sim somos rotulados como “predadores do dinheiro público”.

É lamentável e previsível que o ex-reitor da UEL venha a público manifestar sua solidariedade com o reitor da USP João Gran-

dino Rodas, que acaba de acionar 400 policiais, tropa de choque, helicópteros, cavalaria, bombas e submetralhadoras para por fim à ocupação da reitoria. Para ele, não há mal nenhum em se violar a autonomia universitária e transformar a Universidade de São Paulo em uma área militarizada.

Tal postura é previsível, pois Marçal, enquanto foi reitor da UEL, tentou emplacar um plano de segurança muito parecido com o plano de Rodas, que previa o cercamento completo junto com policiamento dentro do campus. Marçal sofreu uma rejeição imensa da comunidade universitária, inclusive vendo naufragar suas aspirações em seguir uma carreira política, pode ser daí que brota o seu rancor.

Sua carta destila muitos preconceitos. Chamar os estudantes de terroristas e defender a ação policial para uma questão política mostra sua concordância com os métodos da ditadura militar.

Mas do que isto, Marçal expressa um ódio de classe àqueles que batalharam para ingressar na universidade pública e que exi-

Rio grande do Norte

A luta aparelhista do PSTU/ANEL

Durante o ano de 2011, principalmente no segundo semestre, ficou claro a política aparelhista e sectária do PSTU, que em nome da disputa desenfreada pelas direções do DCE e CAs, deixam de lado o trabalho de base, a luta pelas reivindicações estudantis e a unidade frente aos ataques dos governos federal, estadual e municipal.

A Corrente Proletária Estudantil vem combatendo essa política. No processo de eleições para o DCE da UFRN, no início do ano, a Corrente Proletária fez um chamado a todos que se contrapõem às políticas governistas para construir uma oposição. Apesar das divergências entre as correntes que se colocavam no campo da esquerda, estava colocada a tarefa de somar forças contra os governistas. O PSTU rejeitou a unidade lançando uma chapa construída nos bastidores.

No segundo semestre, a luta aparelhista continuou. O PSTU manteve a prioridade das eleições, em contraposição à luta dos estudantes. Essa política se expressa no curso de Serviço Social, dirigido pelo PSTU/ANEL, que levou o movimento a uma total apatia. A falta de organização, de debates, de trabalho de base e a imposição da ANEL como entidade representativa dos estudantes causaram o rompimento de parte da direção do CA (Consulta Popular e Independentes) com o grupo da ANEL-PSTU.

Parte da direção do CA se consolidou enquanto oposição e construiu junto com a Corrente Proletária uma Frente de Mobilização Estudantil, que atua desde outubro, com o objetivo de mobilizar os estudantes por suas reivindicações, utilizando os fóruns de discussão do curso, estudos e debates.

Sobre a tentativa de fazer um congresso no final do semestre

Previendo já o período eleitoral e avaliando sua atuação no curso, o PSTU discutiu a convocação de um congresso dos estudantes de serviço social para novembro. O grupo de oposição, em assembléia, se contrapôs afirmando que seria um congresso sem a participação dos estudantes, pois o período e a forma de organização não permitiam a mobilização das bases. O congresso servia a uma manobra do PSTU para a se votar a prorrogação das eleições do CA para 2012. A manobra foi desfeita. Os estudantes aprovaram que o congresso fosse realizado em 2012, contando

gem que o direito à educação seja pleno, com moradia, alimentação, transporte e outras condições de permanência.

Assim como Rodas, o ex-reitor defende a elitização da universidade, que deveria em seus sonhos reacionários extinguir os estudantes de humanas, os estudantes que ingressaram tardiamente na universidade, provavelmente porque a dura batalha cotidiana pela sobrevivência os impediu de passar no vestibular aos 17 anos.

É preciso reafirmar: os 73 presos da USP, assim como os mais de 3 mil jovens que votaram a greve na USP pela retirada da PM do campus e fim dos processos aos lutadores são estudantes sim. Negar isto, chamando-os de baderneiros, maconheiros ou terroristas é um recurso ideológico bem conhecido das ditaduras e governos nazistas e fascistas. Temos em nossa “origem embrionária” não a cadeia, como pensa o ex-Reitor, mas a educação.

Centros Acadêmicos de: História, Ciências Sociais, Comunicação, Biologia, Serviço Social, Arquitetura, Educação Física, Geografia, Agronomia, Artes Visuais e DCE - UEL.

com a convocação massiva dos estudantes.

Como foi o chamado a unidade do PSTU/ANEL?

Desde o período do rompimento, a direção ANEL-PSTU se ausentou do debate sobre o que estaria acontecendo na direção do CA. Não publicou nada sobre o rompimento. Agora – período eleitoral – lançou um chamado à unidade com o grupo que havia rompido. Argumentou que se a divergência se dava em torno da cisão da Anel com a UNE, o PSTU estava disposto a constituir uma chapa unitária sem a bandeira da Anel.

Ao iniciar o processo eleitoral, o PSTU/ANEL viu a possibilidade de sair uma chapa de oposição. De imediato, lançou um chamado à “unidade” destacando: “*torna-se necessário, mais do que nunca, a unidade da esquerda combativa para defender a Escola Pública*” e segue esclarecendo a quem está direcionado esse chamado: “*um chamado a um grupo que compõe a atual direção do Centro Acadêmico*”. Concluímos que a Corrente Proletária estava excluda sem nenhuma explicação. De fato, estava.

O PSTU sempre se colocou contra o trabalho frentista com a Corrente Proletária Estudantil no RN, alegando sem nenhuma discussão franca e aberta que o POR não constrói a ANEL. No entanto, sabemos que, de forma leviana, nos nivela à burocracia da UNE, com a justificativa de sermos contra o rompimento no movimento estudantil. Na realidade, demonstramos com todo cuidado que a cisão da UNE ao contrário de enfraquecer a direção estalinista e petista a fortalece.

Vejamos até onde vai o ziguezague do PSTU/ANEL. A Consulta Popular não se dispõe a construir a ANEL, no entanto, no chamado à unidade, o PSTU diz: “*estivemos juntos na atual gestão e achamos que essa unidade deve se manter. Se os/as atuais coordenadores/as do CASS que adotaram essas posições políticas rompem com a atual gestão para construir outra chapa quem sai perdendo é o movimento estudantil*” e segue, “*seja qual for a entidade nacional que cada um opte em construir*” ou seja, o que vale é que não saia uma chapa de oposição. Como se vê, o sectarismo do PSTU contra o POR é visível. A razão disso está em que nossa corrente vem realizando uma crítica programática e principista à política divisionista do PSTU.

Tudo isso demonstra a política sectária em relação ao POR e oportunista em relação à Consulta Popular. Se a necessidade de fazer a unidade contra o governismo fosse real, o PSTU teria o dever revolucionário de admitir a unidade frentista nas eleições para o DCE contra os governistas. Nas eleições do CASS, não há nenhuma chapa governista, apenas correntes opositoras. O PSTU receia perder as eleições, por isso recorre ao chamado à Consulta Popular.

Em resposta, a Consulta Popular propôs na Frente de Mobilização Estudantil a construção de um “programa de consenso”. A Corrente Proletária se contrapôs a fazer qualquer acordo de bastidor. E que na plenária convocada se discutisse não só os pontos

Afuse – Funcionários da Educação – SP: Eleições sindicais burocráticas

No dia 23 de novembro, o Sindicato dos funcionários da Educação QAE/QSE, terá novas eleições para a diretoria Estadual e eleições Regionais.

Mais uma vez concorrerá apenas uma chapa, ou seja a chapa da diretoria que está no Sindicato há mais de 20 anos. Está chapa única não é um consenso da classe, mas a expressão da burocratização do sindicato.

O impedimento de lançar outra chapa

No último Congresso, a maioria da direção do sindicato, corrente Articulação Sindical/PT, manteve o critério do Estatuto de que para poder se candidatar aos cargos da Diretoria Estadual, os associados pertencentes ao QAE ou QSE, deveriam ter cumprido, pelo menos, 02 duas gestões como membros efetivos do Conselho de Representantes. Este é o mais burocrático dos critérios para uma candidatura dentro de um sindicato. Nem mesmo a burguesia, em seu parlamento, exige estatutariamente que se tenha “experiência” para ser candidato. Porém a AFUSE exige.

A segunda dificuldade para se lançar uma chapa está na falta de assembleias gerais, que por mais de 5 anos não são convocadas. A última vez que os funcionários da educação se reuniram foi no ano

comuns como também os divergentes, de forma que os estudantes pudessem ter a decisão final sobre o programa e os nomes da chapa por meio de votação. A conclusão desse processo foi a de que se constitua uma chapa de oposição. Após a votação, a Consulta e alguns independentes se retiraram sem justificar sua saída.

Essa experiência demonstra o quanto essas forças políticas desprezam a democracia proletária. De nossa parte, trabalhamos por constituir uma direção revolucionária, que independe das disputas aparelhistas no seio do movimento. Convocamos a militância que despertou desse conflito a cerrar fileira em torno do programa e dos métodos políticos da Corrente Proletária Estudantil.

de 2008, mas apenas num ato de protesto. A classe está impedida de debater seus problemas e avaliar a política de sua direção sindical.

A terceira dificuldade está realcionada a política dos governos/PSDB que vêm destruindo a vida dos funcionários e acabando com a classe e quadro de efetivos ao longo dos anos. A política burocrática da direção do sindicato permite que o governo consiga avançar no processo de privatização dos serviços. Não há resistência à implantação dos contratos temporários, às terceirizações em alguns setores (auxiliar de limpeza) e até a transferência dos efetivos ex-officio de maneira obrigatória.

Por fim, quanto mais os trabalhadores estão sofrendo ataques em suas condições de trabalho e de seus empregos, as suas possibilidades de agir são limitadas. A diretoria do sindicato sabe disso e se aproveita desta situação de penúria para se perpetuar no aparato sindical.

Não há condições de formar uma chapa frentista opositora neste momento, pois o trabalho revolucionário na classe é incipiente.

Por isso, a Corrente chamará o Voto Nulo programático nas eleições para diretoria. Contra a burocratização, defenderá as reivindicações da classe e o método da ação direta para conquistá-las. Ao mesmo tempo, defende a total independência do sindicato com relação ao estado, governos e partidos burgueses.

Protestos dos operários da usina Santo Antônio

Os operários da usina de Santo Antonio iniciaram os protestos no dia 28/10, semelhantes aos ocorridos no início do ano na usina de Jirau. Resultaram em vários ônibus quebrados e um queimado.

Tudo começou quando os trabalhadores do período noturno receberam as informações de que o pagamento das horas-extras havia sido cortado. No dia 28, as manifestações continuaram. A empresa suspendeu o trabalho da obra e todos só retornaram após três dias, depois da regularização do pagamento.

Combater a burocracia sindical patronal e corrupta

Os levantes operários têm ocorrido de forma espontânea. Os burocratas do sindicato só aparecem no momento de negociar com os patrões, ou quando são chamados para conter o movimento de revolta dos trabalhadores. É o que se verifica em cada momento em que os operários se levantam contra a superexploração do trabalho.

Diante das manifestações, o consórcio Santo Antônio Energia logo tratou de entrar em contato com o sindicato (Sticcero), que informou não ter recebido nenhuma reclamação oficial por parte dos trabalhadores. De fato, os operários não têm procurado o sindicato para reclamar melhores condições de trabalho, salário e pagamento de horas-extras. Os protestos saem instintivamente. Isso ocorre porque o Sticcero é constituído de uma burocracia voltada a apoiar

a política do governo e a usar o sindicato como trampolim eleitoral para os componentes da diretoria e dos seus apoiadores. A estatização e burocratização dos sindicatos têm avançado nos últimos tempos. O que se passa o Sticcero é parte deste fenômeno.

Veja a que ponto chega a burocracia. Na ocasião do levante, a subtesoureira do Sticcero, Maria Lionete, denunciou os diretores do sindicato de não prestarem contas ao conselho fiscal sobre as quantias milionárias que arrecadam. Denunciou, também, que após a sua cobrança e de outros membros do conselho fiscal, os dirigentes passaram a persegui-los. As acusações foram parar na Justiça, através de um processo no MPT (*Ministério Público do Trabalho*), que expediu uma liminar para afastar a atual diretoria.

Está aí por que os operários se distanciam dos sindicatos. As disputas internas entre as camarilhas que dirigem o sindicato acabam enfraquecendo o organismo que deveria ser de luta para os trabalhadores. Daí a importância de construir as comissões de operários nas usinas, independentes dos patrões e de combate à burocracia do sindicato.

Conquistar o sindicato para a defesa das reivindicações dos operários é uma tarefa fundamental para fortalecer os movimentos, que vêm sendo protagonizados pela classe operária. A burocracia corrupta tem de ser posta para fora do sindicato pelas mãos dos trabalhadores e não da Justiça patronal.

Rondônia

Viva a heróica greve a heróica greve de estudantes e professores da Unir

A greve da Universidade Federal de Rondônia (Unir) se iniciou no dia 14/9/2011, reivindicando melhorias nas condições de ensino e trabalho e combate à corrupção que envolve o reitor Januário de Amaral, cujas denúncias atingem também seus pró-reitores e apoio de parlamentares do PMDB – a família Ralpp (Valdir e Marinha).

A greve já completou quase dois meses e continua forte. Ganhou o apoio da população da capital e atinge o percentual, nas estatísticas da imprensa burguesa, em torno de 90%. O movimento grevista se expandiu para os municípios onde funcionam mais sete Campi em precárias condições de infraestrutura.

A intensa denúncia, realizada pelas ações da greve, expuseram à população as condições das instalações físicas e materiais da universidade, provocando a ira do reitor Januário do Amaral.

Combater a repressão, fortalecendo a greve

No dia 21 de outubro, agentes da Polícia Federal de Porto Velho se infiltraram na sacada da reitoria, provocaram os estudantes e professores, agredindo e prendendo o Prof. Dr. Valdir Aparecido de Souza, do departamento de História da universidade.

O terror desfechado pelos órgãos de repressão do Estado, com claras intenções de tentar minar a heróica luta de estudantes e professores da Unir, faz reviver o período da ditadura militar. É parte deste terrorismo de Estado o episódio que se repetiu no dia 04 de novembro, quando a polícia federal atacou os estudantes. Fernanda Ortigosa, do curso de medicina, e Gustavo Lima Torres, do curso de engenharia civil, foram levados para a superintendência da polícia federal para depor sobre o conteúdo de panfletos dos estudantes, que tratava da greve e convidava a população para uma manifestação de rua. Evidentemente, tratava-se de uma intimidação a censura do panfleto pela Polícia Federal.

Atos de repressão são também encarnados pela minoria de fura-greves. Assim, na madrugada do dia 04, quando o professor estacionou o carro para completar a lotação para ir à assembleia em Porto Velho, uma jovem, usando uma moto, lançou uma pedra no carro do professor, que faz parte do comando de greve do Campus de Rolim de Moura, com um bilhete amarrado dizendo que se perder o semestre aquela pedra será na cara do professor. A ação da jovem reflete sua brutal despolitização.



Os professores da UNIRr não contam com uma entidade classista na greve. A direção acontece por meio de um comando do qual faz parte a vanguarda que chamou a primeira assembleia, que decidiu pela greve. A questão é tão grave que numa audiência pública, chamada pela Assembléia Legislativa, o presidente da Adunir, Delson, esteve presente para defender o reitor Januário Amaral.

Os professores da Unir precisam lutar não apenas contra a corrupção da administração da universidade, mas também contra dirigentes da entidade que ao invés de se colocar do lado daqueles que estão defendendo condições de estudo e trabalho se colocam ao lado do representante do MEC dentro da universidade.

Campanha da Corrente Proletária

É no momento da greve que se despontam os lutadores e se faz nascer uma vanguarda mais consciente dos verdadeiros problemas que atingem a universidade.

A Corrente Proletaria na Educação trabalha no seio do movimento defendendo as posições programáticas e os métodos da luta de classes. Defende a unidade dos estudantes, professores e funcionários, as assembleias conjuntas, a democracia sindical e as ações coletivas nas ruas. Nesse momento, faz a campanha nacional contra a repressão aos estudantes e professores da UNIR. Rechaça as perseguições ao comando de greve e, em particular, ao professor Valdir. Levanta a bandeira de nenhum processo e nenhuma punição aos lutadores do movimento. E luta com todas suas forças para a vitória dos grevistas da UNIR.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

No último dia 08/11, horas depois da prisão de 73 estudantes que ocupavam o interior do prédio da reitoria, cerca de 2 mil estudantes da USP em assembleia geral decidiram entrar em greve geral pela expulsão da PM do campus, pelo fim dos processos contra estudantes e trabalhadores, pelo fim do convênio USP/PM e por uma política de segurança para o campus. A assembleia votou dividida pela direção do DCE (Psol) e PSTU, que defendiam o chamado “indicativo de greve”, quando faltam poucos dias para o fim do ano letivo. Mas ainda assim a maioria votou pela greve imediata. O grande problema dessa assembleia é que ela votou incluir como eixo do movimento a chamada política de segurança (cortes de árvores, iluminação, treinamento à guarda universitária), que é uma bandeira ditada pela burocracia universitária à direção do DCE numa negociação em 29/10, feita às costas do movimento, que então ocupava o prédio da administração da FFLCH, e descoberta entre os papéis da reitoria durante sua ocupação. Essa bandeira serve à conciliação com a reitoria, que a ditou com vistas a apresentá-la como concessão e migalha a ser oferecida pelo fim do movimento contra a PM e os processos. Vários cursos realizaram assembleias e votaram pelo Fora PM e fim dos processos, e pela greve. Na sexta, 11/11, foi feito um ato com milhares de estudantes no centro de SP, seguido de assembleia massiva, que votou a continuidade da greve.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Estudantes da USP defendem autonomia universitária Tropa de choque invade o campus Fora a Polícia da USP

O aparato de 400 policiais da tropa de choque, acompanhado de dois helicópteros, para desalojar 73 estudantes que ocupavam pacificamente a reitoria da USP, reflete muito bem a democracia burguesa sob a qual vivem a maioria explorada e a juventude oprimida. Os motivos que levaram os estudantes a realizar assembleias, protestos e finalmente a ocupação da reitoria não iam além de reivindicações democráticas: revogação do convênio com a polícia militar promovido pelo governador Geraldo Alckmin e o reitor Rodas e fim dos processos e punições contra funcionários e estudantes.

Esse não é o primeiro e não será o último conflito com a política universitária da burocracia de militarizar o campus e usar dos expedientes repressivos contra os movimentos sociais, protagonizados por funcionários e estudantes.

Os processos e demissões que resultaram de greves, manifestações e ocupações são a prova cabal de que a USP foi tomada pelo autoritarismo. Uma fração da burocracia, apoiada no governo do PSDB, aspira um rígido controle das atividades políticas e sindicais do campus da USP. Uma das razões se encontra no processo de sua semi-privatização, que somente não avançou devido à resistência da parcela de estudantes e funcionários mais consciente e politicamente mais avançada. A repressão desfechada em cada conflito procura quebrar essa resistência e abrir caminho para a privatização.

As parcerias, as fundações e o ensino a distância foram implantados de forma a disfarçar a mercantilização, que vem sendo disseminada nas várias unidades de ensino da USP. O movimento estudantil, embora controlado por direções conciliadoras, tem se chocado contra essa linha de decomposição do ensino público, gratuito e laico. Verificamos que a burocracia universitária, constituída por uma fração de docentes e de altos funcionários, necessita de uma forte centralização de poder, com a qual reúne condições autoritárias para disciplinar os docentes e reprimir diretamente os movimentos de estudantes e

funcionários.

A eleição indireta para reitor tem servido a esse tipo de administração de uma das maiores e mais importantes universidades do país. O reitor não passa de um títere do governo do estado. As constantes mobilizações do último período desmascararam a farsa democrática do funcionamento da USP, bem como o mito de seu padrão científico.

A militarização do campus se tornou um imperativo para a burocracia centralizadora, autoritária e obscurantista. Episódios trágicos de estupro, assalto e morte serviram de alibi para que o governador e o reitor introduzissem a polícia militar na universidade.

A experiência mostra que a polícia e a militarização da sociedade não é a solução para os problemas de desintegração do tecido social. Pelo contrário, aumentam a decomposição. Basta ver as estatísticas de mortes provocadas pela ação policial. Nesse exato momento, o deputado do PSOL, pelo Rio de Janeiro, acaba de sair do país ameaçado pelas milícias que tomaram conta do estado. Por trás delas, estão os policiais. Lembremos o assassinato da juíza que ousou condenar PMs responsabilizados por execuções e outros crimes.

O reitor acusa os estudantes de rechaçarem a polícia no campus porque querem ter liberdade para se drogarem. As drogas também não são casos de polícia. Elas são provenientes do mercado capitalista. Sua solução virá pela política, que só a classe operária poderá apresentar. Há que se entender que os casos de violência marginal e das drogas expressam os impasses sociais do capitalismo decadente.

A polícia na USP não fará outra coisa senão coibir o movimento social. O delegado que efetuou a prisão dos estudantes e procurou obter confissões dos presos declarou que terá de investigar a ligação de alguns deles com partidos políticos. A intenção do delegado é de enquadrar os lutadores como formadores de quadrilha (porque ocuparam coletivamente), cri-

minosos ambientais (porque picharam) e por desobediência à lei (porque não acataram a ordem de desocupação). Para soltá-los, impôs uma fiança de quase 40 mil reais. Está aí a função precípua da polícia no campus.

Qualquer pessoa informada sabe que os estudantes empunharam uma bandeira política de democracia na universidade. O governo, o reitor, algumas vozes de burocratas servis e a imprensa querem despolitizar ou deformar a política que envolve as reivindicações de “Fora a polícia do campus e fim dos processos contra os estudantes e funcionários”.

A ocupação da reitoria não passou de um recurso defensivo contrário à inflexibilidade do governo Alckmin e da burocracia acadêmica. Infelizmente, a passividade do DCE, da Anel e da UNE, quando não as suas posições contrárias à mobilização, limitou o alcance da luta. Desconheceram a importância das bandeiras de autonomia da universidade e fim das perseguições aos lutadores. Haveria de ter realizado uma ampla campanha dentro e fora da USP. Assim, a ocupação ganharia força e dificultaria a ação da tropa de choque.

Alckmin e o reitor se aproveitaram das circunstâncias para acusar o movimento de minoritário e que os estudantes deveriam ter lições de democracia. A democracia do governador se estampa nos 400 policiais da tropa de choque e nos helicópteros que sobrevoaram a universidade. Disse-ram que se dispuseram a negociar com os estudantes e que estes é que foram intransigentes. Na realidade, montaram uma farsa para justificar a “ação democrática” da invasão da USP por um pelotão de guerra. Nenhuma reivindicação foi plenamente aceita. Para espalhar a mentira, Alckmin e Rodas têm a rede Globo e toda a imprensa a seu dispor.

A burguesia já não se dá o luxo de apresentar a USP como

A Corrente Proletária Estudantil tem editado boletins praticamente diários no movimento.

Reproduzimos alguns trechos deles abaixo:

PSol e PSTU traem outra vez, mas o tiro sai pela culatra.

Fazer da ocupação da reitoria uma trincheira de luta para expandir a mobilização ao conjunto dos estudantes!

A assembleia geral de estudantes da USP de 01/11 votou pela desocupação do prédio da administração da FFLCH por 559 votos a 458. Logo a seguir, foi colocada a proposta de ocupação da reitoria para dar continuidade ao movimento. A direção do DCE (PSol) e seu satélite PSTU, numa atitude antidemocrática e infantil, quando perceberam que a assembleia aprovaria a nova ocupação por ampla margem de votos, se retiraram e a declararam encerrada. Mas a maioria presente manteve o funcionamento da assembleia e votou a ocupação da reitoria, o que se realizou em seguida.

Por que a assembleia de 01/11 foi no prédio da História e não na ocupação

A assembleia de 01/11 foi convocada a partir da plenária da ocupação do dia 30/10. Na ocasião, houve uma polêmica sobre o local. A direção do DCE (PSol) e o PSTU/Anel defenderam que fosse realizada no vão da História / Geografia, no que tiveram apoio da LER-QI, embora não com o mesmo conteúdo. A defesa girava em torno da necessidade de aglutinar mais estudantes, mas omitia o propósito de desocupar a administração da FFLCH. Afinal, a escolha do lugar facilitaria a participação do setor de estudantes da direita. Se a assembleia fosse dentro da ocupação, que foi a proposta que defendemos em oposição, seria mais difícil a ação dos anti-ocupação.

uma vitrine do conhecimento, da livre-docência e da liberdade acadêmica. A ditadura militar pisou com suas botas a universidade, como fez com os sindicatos e partidos opositores. A denominada abertura democrática - “Nova República”, “Estado de Direito” etc. - conservou as heranças dos 20 anos de autoritarismo, certamente com disfarces. A experiência do período contra-revolucionário do regime militar refletiu a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada e a juventude oprimida. Os governos eleitos se valem dessa aquisição histórica.

Não se pode ter universidades autônomas na situação de crise estrutural do capitalismo, a não ser por meio das lutas e da política proletária. As reivindicações mais elementares da democracia política se chocam com as instituições autoritárias e com o Estado burguês. É o que acaba de ocorrer com a invasão da universidade pela tropa de choque, para cumprir as ordens do governador Alckmin e do reitor-interventor Rodas de sufocar o movimento democrático dos estudantes.

É fundamental que a vanguarda lutadora compreenda a importância do movimento que protagonizou e que terá de protagonizar. Trata-se, agora, de desenvolver a campanha pelo fim dos processos e manter alta a bandeira de autonomia e democracia universitárias.

Fora a polícia do campus!

Fim das perseguições, processos e penalidades aos estudantes e funcionários!

Pela destituição do reitor policial e de toda camarilha dirigente da USP, por meio da assembleia universitária!

Pela autonomia e democracia universitárias!

9 de novembro de 2011

No material que distribuimos no dia 01/11, discutíamos o que estava em jogo naquela assembleia, tentando antecipar os argumentos que seriam utilizados. Dizíamos que o bloco PSol-PSTU compareceria defendendo duas propostas centrais: 1) “alteração” de pauta, que significava, na verdade, seguir a proposta da Congregação da FFLCH, que era “reavaliar” o convênio USP-PM, além de apresentar um “projeto alternativo” de segurança para o campus; 2) “outras formas de luta” que não a ocupação, na verdade a simples desocupação sem nenhuma conquista, uma derrota total.

Exigir “outra PM” idealizada ou lutar pela expulsão da que existe?

Ambos os prognósticos contidos em nosso material se ve-

rificaram corretos na prática. A primeira proposta, de alteração da pauta, implicava torná-la instrumento de conciliação, alvo de negociações por cima e pelas costas do movimento. Já conhecemos esse expediente, comum à política de todos os burocratas reformistas: apresentar uma lista de reivindicações rebaixasadas para apresentar à base como vitória uma migalha qualquer oferecida pela reitoria.

A pauta aprovada pelo movimento de ocupação não permitia esse tipo de manobra, visto que era taxativa em exigir a saída da PM do campus e a revogação do regimento da época ditadura militar. Junto a esses eixos, aparecem dois que merecem destaque: o fim dos processos contra estudantes e trabalhadores e a revogação do convênio entre a polícia e a universidade.

A linha aprovada pela congregação da FFLCH (burocracia universitária) em relação aos processos contra estudantes não passa de enrolação. De acordo com o documento, essa burocracia “se compromete a promover estudos que fundamentem proposta ao Conselho Universitário de revisão e modernização dos regulamentos que disciplinam processos administrativos movidos contra estudantes”. Note-se a ausência de referência aos processos contra funcionários. Fora isso, nossa posição é clara: pela retirada imediata dos processos contra estudantes e trabalhadores.

Quanto ao fim do convênio USP-PM, a proposta da congregação da faculdade é de “reavaliação”, que significa aceitar com remendos o acordo, ou seja, pressupõe a permanência da PM. Idealiza-se uma polícia que preencha “as expectativas da comunidade uspiana por segurança adequada”. A declaração não deixa dúvidas a esse respeito, reconhecendo (sic) que “a intervenção da Polícia Militar extrapolou os propósitos originalmente concebidos com o convênio”. Complementa sua avaliação dizendo: “uma moderna política de segurança pública prescinde da criminalização de comportamentos”.

Não existe PM “light”. Esta instituição, à semelhança da Civil, Bombeiros etc., serve à manutenção da propriedade privada, é o braço armado do Estado burguês e se constitui num sustentáculo do domínio do capital. Sua função no interior da universidade é perseguir e reprimir os movimentos sociais.

Pior é constatar mais uma traição da direção do DCE, gestão *Todas as Vozes* (PSol), que participou da reunião da congregação defendendo um programa que não era o do movimento de ocupação. Ou seja, agiu novamente pelas costas dos estudantes, revelando os grandes burocratas que são. As reivindicações que apresentou compõem, na verdade, o tal “projeto alternativo” de segurança, que queriam aprovar em assembleia e não conseguiram.

E quais são as medidas propostas? São estas: “melhoria da iluminação, aumento da frequência de ônibus de linha e circulares, guarda universitária, constituída por funcionários de carreira, desempenhando preferencialmente funções preventivas e com formação compatível com direitos humanos, criação de um corpo de guardas femininas, capacitadas para o atendimento de vítimas de assédio sexual e estupro”.

Por mais que consideremos alguns pontos dessa lista importantes (iluminação e circulares), no momento concreto comparamos como mecanismo de conciliação. Nossa pauta não é essa, tais bandeiras não chegam nem perto dos nossos eixos

centrais. Entre os itens listados sequer aparece a reivindicação de abertura do campus, que hoje mais parece uma ilha deserta voltada ao divertimento de uma elite nos finais de semana.

A direção objetivava atender aos anseios de uma camada de estudantes que, assustada com a violência, acaba engolindo a falsa sensação de segurança promovida pela permanência da PM. No fundo, o que a direção não queria era chocar com os estudantes mais conservadores para não perder votos nas eleições para o DCE, que estão bem próximas.

DCE (PSol) e PSTU / Anel propõem desocupação, mas tiro sai pela culatra

O bloco PSol-PSTU já havia votado contra a ocupação na assembleia do próprio dia 27, logo após a repressão bárbara promovida pela PM. No interior da ocupação, entretanto, fazia um discurso favorável. Na plenária de domingo (30/10), na sede da administração da faculdade, um dos militantes do PSTU / Anel deixou escapar o que defenderiam na primeira oportunidade: a idéia de que a ocupação não era um fim em si mesmo, que “outros métodos” de luta eram plausíveis e que deveríamos “reavaliar” nossas táticas. Estava montado o argumento pela desocupação.

O prognóstico contido em nosso material, distribuído na assembleia do dia 01/11, denunciava essa manobra. A previsão se verificou acertada. A proposta de desocupação surgiu e teve de ser votada. A polarização nesta votação expressou a diferença entre os que defendem um movimento estudantil combativo e os burocratas que voltam as costas ao movimento real em troca de qualquer migalha. Nesse caso, nem migalha, porque não havia proposta alguma a ser avaliada. Se aprovada a desocupação, sairíamos de mão abanando.

Só não saímos sem nada, pois a direita foi se retirando logo que foi aprovada a desocupação da administração da FFLCH (559 contra 458 votos). Aliás, o papel da direita foi só esse mesmo, o bloco PSol-PSTU se aproveitou dessa camada de estudantes (tudo planejado, por isso propuseram que essa assembleia fosse no vão da História). Com a debandada, um setor da assembleia apoiador da ocupação passou a defender uma nova ocupação, dessa vez da reitoria. Os partidários de Plínio e Zé Maria se desesperaram. A assembleia tinha ainda mais de 500 pessoas, o que lhe tornava legítima.

Numa contagem de votos para encaminhamento da proposta, se viram em minoria e passaram a tentar implodir o fórum, chegando a decretar o seu fim, já que compunham a mesa. Nesse momento, se retiraram como uma criança que, contrariada, leva a bola pra casa. Seu objetivo não foi alcançado e a plenária se restabeleceu ainda cheia. A aparelhagem de som foi mantida, apesar da tentativa dos pelegos de levá-la consigo. Então, apenas uma proposta foi votada, de maneira rápida e sem complicações: ocupar a reitoria, sim ou não. Resultado: quase unanimidade em torno do SIM.

A reitoria ocupada será a nossa Praça Tahrir!

Já dentro da reitoria, realizou-se outra plenária. Os eixos políticos seguem os mesmos da ocupação da administração da FFLCH. Sobre a realização de nova assembleia, houve polêmica: uns defendiam para 5ª feira e outros para 6ª feira (04/11). Nós endossávamos a segunda proposta, por levar em conta

a necessidade de uma divulgação ampla, especialmente nos cursos noturnos. Contudo, aprovou-se a proposta de 5ª feira (03/11), às 20h, na reitoria ocupada.

Em nossa avaliação, essa data é perigosa, visto que os mesmos PSol / PSTU que articularam a desocupação na FFLCH podem tentar fazer o mesmo para afundar o movimento. Certamente irão choramingar quanto à legitimidade da decisão da nova ocupação e também da assembléia do dia 03/11. Nenhuma novidade, são adversários políticos da bandeira de FORA A PM DA USP – isso tem ficado cada vez mais evidente.

Nossa força se encontra na possibilidade de convencer mais e mais estudantes a enfrentar a política repressiva e privatista

Estatuante: uma bandeira de contrabando

A corente LER-QI tem tentado fazer aprovar no movimento a bandeira de convocação de uma estatuinte para discutir e aprovar um novo estatuto e estrutura de poder para a USP. Temos insistido contra essa bandeira, porque a consideramos errada e distracionista para o movimento.

A bandeira de estatuinte não é invenção da LER. Ela surgiu no final da ditadura militar, e foi levantada por setores da própria burocracia universitária e do reformismo petista como meio de adaptação dos estatutos das universidades à mudança do regime político. Não tinham mais sentido os estatutos que expressavam o regime autoritário quando se implantava a democracia burguesa (ou uma caricatura dela) no país. Para os burocratas, se tratava de discutir como poderiam manejar mais livremente os recursos da universidade; para os reformistas, como democratizar as atuais instituições da estrutura de poder que reflete o autoritarismo da burocracia universitária marionete da classe dominante e seus governos, alterando sua composição sem mexer na sua essência.

A proposta de estatuinte estava morta e enterrada há alguns anos. A LER a desenterrou e busca lhe dar outro conteúdo: de um congresso que seria capaz de transformar a universidade, democratizando-a. É bem difícil acreditar que um congresso que reuniria algumas dezenas (ou centenas) de estudantes, professores e funcionários seria capaz, apenas por suas deliberações, de impor à burocracia universitária suas decisões.

A transformação da estrutura autoritária da universidade é uma necessidade decorrente das reivindicações dos que estudam e trabalham, que se chocam contra os interesses da camarilha dirigente autoritária e sua estrutura de poder. A forma de combater e destruir essa estrutura não é a convocação

de Rodas, fazendo da ocupação da reitoria uma trincheira de luta para expandir a mobilização ao conjunto dos estudantes. Para isso, o movimento precisa se organizar a partir de seu comando de mobilização, aprovando passagem em salas de aulas, com um material que combine agitação e explicação.

A presença da PM na USP e os processos contra estudantes e trabalhadores só serão derrotados com um amplo e forte movimento unitário dos estudantes e trabalhadores. Para construí-lo, é preciso se apoiar no setor que se mobiliza e consegue ultrapassar o freio imposto pela direção traidora e avançar para a mobilização geral dos que estudam e trabalham pelas reivindicações.

ção de um congresso estatuinte. Será o desenvolvimento da mobilização que será capaz de colocar um poder alternativo ao da burocracia. A luta requer a organização da assembleia geral universitária, principal instrumento da democracia direta. A organização da assembleia geral universitária serve de meio para impulsionar e fortalecer a luta contra a burocracia, e ao mesmo tempo constitui embrião do poder dos que estudam e trabalham contra o poder da burocracia autoritária. Será com a mobilização que os estudantes e trabalhadores se contraporão à ingerência da classe dominante sobre a universidade, conquistarão a real autonomia universitária e, com ela o poder dos que estudam e trabalham através do governo tripartite. Será a soberania dessa assembleia geral universitária que será capaz de destruir a estrutura de poder autoritária e os estatutos reacionários e, no caso, realizar a discussão e aprovação de um novo estatuto. Jamais haverá uma estatuinte livre e soberana sob o poder da burocracia reacionária. A defesa dessa bandeira no atual quadro é distracionista em relação à tarefa de por abaixo a burocracia e seus gabinetes empoeirados e constituir em seu lugar o poder dos que estudam e trabalham, expresso no governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária.

A conquista da real autonomia universitária em si é um passo no sentido daquilo que é o objetivo mais geral: a destruição da universidade de classe, burguesa, e a construção em seu lugar de uma nova universidade, que seja de fato científica e uma teoria e prática, esteja nas mãos de quem produz e assim funcione de acordo com as decisões dessa maioria, que terá livre acesso a ela e de dentro a transformará profundamente. Isso é parte do programa da revolução proletária, socialista.

A ditadura militar voltou na USP:

Tropa de Choque desocupa reitoria e prende estudantes

É preciso responder com mobilização: paralisação de todos os cursos!

Todos aos protestos contra a repressão!

Liberdade imediata aos estudantes presos pela PM!

Organizar a greve geral dos que estudam e trabalham contra a militarização da universidade!

Por volta das cinco horas da manhã desta terça, 08/11/11, 400 policiais militares, a Tropa de Choque, invadiu a USP, cercou a reitoria e os prédios da moradia estudantil, desocupou a reitoria e prendeu dezenas de estudantes, que foram leva-

dos em alguns ônibus para a delegacia de polícia. Isto poucas horas depois de, em entrevista, o comandante da polícia ter afirmado que não haveria entrada da polícia na USP neste dia, e ter acontecido uma assembleia estudantil com cerca de 600

presentes, que discutiram e rejeitaram a “proposta” da reitoria, que consistia na saída incondicional dos estudantes da ocupação, formação de comissões para “aperfeiçoar” o convênio USP/PM, fazer uma “revisão seletiva” de quem seria punido pelos processos em curso, e nas entrelinhas, da promessa de punição por processo criminal a alguns estudantes (a proposta fala em “não punir administrativamente” a “simples participação” da ocupação do prédio – para bom entendedor...).

É preciso dar uma resposta imediata e geral à militarização da USP. Cabe às organizações de estudantes, funcionários e professores convocarem imediatamente e em todas as salas de aula a paralisação de todos os cursos, a participação nos protestos contra a invasão do campus pela PM e a organização de uma greve geral dos que estudam e trabalham, com as reivindicações centrais de fora a PM da USP e fim dos processos contra estudantes e trabalhadores, e, agora, nenhuma punição aos lutadores que ocuparam a reitoria em defesa da autonomia universitária.

A repressão aumenta em todo o país e no mundo

A entrada da Tropa de Choque na USP corresponde a um aumento geral da repressão aos movimentos sociais no país. A crise capitalista empurra os capitalistas e seus governos a agirem ofensivamente contra as condições de vida e trabalho das massas. Os oprimidos respondem com sua mobilização, com os métodos da luta de classes: manifestações e bloqueios de ruas, ocupações, greves. Temos assistido em nível mundial essa nova etapa na luta de classes: mobilizações multitudinárias em vários países, contra as medidas de descarrego da crise sobre os explorados, e intransigência e repressão aos movimentos por parte dos governos e capitalistas.

No caso do Brasil, tem sido muito utilizada a legislação anti-greve e a repressão aberta. Os trabalhadores são obrigados a fazer “meia greve”, mantendo as coisas funcionando; são intimados pela justiça a voltar ao trabalho passando por cima das decisões de suas assembleias, e isso sob o aval de direções sindicais. Professores e operários têm sido duramente reprimidos em suas greves (Fortaleza, Minas Gerais (professores massacrados pela repressão), prisões em Rondônia (UNIR) e Pernambuco (repressão aos trabalhadores em greve). A repressão na USP é parte de todo esse processo de aumento da repressão no país.

Repressão a serviço da privatização e elitização, e contra a autonomia universitária

O convênio USP/PM é apresentado como remédio para o aumento da criminalidade na universidade. E a ação repressiva da polícia é justificada com um suposto combate ao uso de drogas. A imprensa reacionária faz uma grande campanha acusando o movimento de ser em defesa do privilégio de alguns fumadores de maconha.

Para piorar a situação, direções dos professores (Adusp) e estudantes (DCE) caíram na conversa do governo e se dispuseram a “discutir” a segurança e a atuação da polícia no interior da universidade, apoiando a confusão gerada pelo governo, reitoria e imprensa.

O fato é que o uso de maconha e o aumento da criminalidade (que é geral na sociedade e é conseqüência da desintegração do sistema capitalista) são pretextos para o que de fato se realiza: aumento da repressão sobre os movimentos que se colocam contra a privatização e elitização da universidade, uso da presença da polícia como uma espécie de terceirização da vigilância da USP, criação de uma imagem de falsa segurança para uma elite que vem estudar ou aproveitar as parcerias de uso privado do campus (academias, eventos de empresas etc.).

Não cabe aos que estudam e trabalham ficarem discutindo como a burocracia autoritária imporá sua repressão e um dos aspectos de sua política privatista e elitista. Cabe sim se organizarem para lutar contra a repressão e a política do reitor-interventor (governo).

O que está de fato em jogo é a defesa da autonomia universitária e de seu caráter público e gratuito. Rodas é uma marionete do governo do PSDB, que tentou em 2007 impor, através de decretos, um maior controle do governo sobre a universidade e sua política privatista. Naquele momento, foi derrotado pela greve e ocupação da reitoria. Depois, tem implantado essa mesma política por partes, sem encontrar uma resistência geral organizada pelos que estudam e trabalham. O convênio com a PM colocou de forma mais geral um aspecto dessa política, e a ação da PM precipitou, apesar e contra a política das direções, uma resistência por meio da mobilização.

A universidade sob o capitalismo é de classe, é burguesa e atende aos interesses da classe dominante que a maneja através da casta burocrática que administra autoritariamente. Para impor os interesses da minoria, tem de agir de forma autoritária, a estrutura de poder vai refletir essa necessidade e expressar a ausência de uma real autonomia universitária.

As reivindicações dos que estudam e trabalham os colocam a utilizar os métodos da luta de classes e sua forma organizativa, as assembleias gerais. O avanço da mobilização levará estudantes e trabalhadores a se organizarem e a colocarem em disputa quem de fato manda na universidade. Em um certo grau da luta, estará colocada a destruição concreta da estrutura de poder atual e a construção do governo tripartite, subordinado à assembleia geral soberana de estudantes e trabalhadores. Isso levará à imposição da real autonomia universitária, que é a total aniquilação da ingerência dos governos e da classe dominante sobre a universidade. Mas isso ainda não resolve plenamente a questão. Trata-se de trabalhar para que se processe a transformação mais geral da sociedade em socialista, passando os meios de produção social para as mãos de quem trabalha, e assim também o poder político. Isso é a revolução proletária, que permitirá a transformação total da universidade pelos que a sustentam com seu trabalho, isto será feito em seu interior. Acabará a universidade de classe, burguesa, e em seu lugar haverá a nova universidade, que será para todos, será científica, unirá teoria e prática, estabelecerá conhecimento e ciência como algo ao alcance de todos e para a satisfação de suas necessidades e não mais de uma minoria.



Nesta edição:

- Agora, o imperialismo se volta contra o Irã
- O PO se atola no oportunismo eleitoral
- É urgente responder à crise e ao governo burguês de Kirchner com a ação direta e o programa proletário, não com experimentos oportunistas
- Triunfo da URUS na FUL-UMSS evidencia o ascenso das massas

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Aos trabalhadores e à juventude

Agora, o imperialismo se volta contra o Irã

Os levantes no Norte da África e Oriente Médio contra governos ditatoriais e monárquicos deslocaram a ação do imperialismo que estava dirigida contra o Irã. A intervenção militar na Líbia, especialmente, colocou em segundo plano as pressões dos Estados Unidos sobre o programa nuclear iraniano. Mas, agora, os pontos de maior preocupação que foram a Tunísia, Egito e Líbia estão relativamente sob controle. É claro que não se chegou a uma estabilidade. Os conflitos permanecem, embora por enquanto menos intensos. Há ainda a ruptura política e social na Síria, com centenas e centenas de mortos. Pode ser que os Estados Unidos tenham de organizar as forças intervencionistas que atuaram na Líbia, voltando-as contra a Síria. O Iêmen continua no impasse, mas não tem a envergadura de uma Síria.

É nesse quadro que se montou uma farsa sobre o suposto atentado do governo Mahmoud Ahmadinejad contra o embaixador da Arábia Saudita nos Estados Unidos. O aiatolá Ali Khamenei denunciou um plano norte-americano de assassinato de físicos nucleares iranianos. Afirmou ter provas sobre a responsabilidade de Israel e dos Estados Unidos sobre a morte de vários cientistas em Teerã, por meio de atentados. Saced Jalili, que chefia as negociações do Irã sobre a questão nuclear, revelou que apresentará provas documentais na ONU.

Há notícias de que Benjamin Netanyahu, primeiro ministro de Israel, trabalha por convencer as forças políticas de seu país a destruir o programa nuclear iraniano. O presidente de Israel, Shimon Peres, foi enfático em exortar o imperialismo a se lançar militarmente contra o Irã. Não é de hoje que os sionistas almejam atacar as usinas nucleares do Irã. Não admitem que seu adversário controle o processo de construção da bomba atômica e assim quebre o monopólio nuclear de Israel. O imperialismo inglês se diz disposto a enviar navios de guerra ao Golfo Pérsico. Os líderes sionistas consideram esgotados o cerco diplomático e as sanções econômicas. Estão convencidos que a solução é militar. Tudo indica que o retorno das pressões sobre o Irã passará da via econômica e diplomática para a via bélica. A crise mundial tem alimentado as tendências bélicas

do imperialismo.

Havia um plano dos Estados Unidos de ocupar o Iraque e, em seguida, o Irã. Não foi possível estender a operação de guerra devido à enorme resistência no Iraque e também do Afeganistão. Com o governo Obama realizou-se uma reestruturação do plano intervencionista, com recuos parciais tanto no Iraque quanto no Afeganistão. O prolongamento das ocupações, a devastação e a mortandade, na nova situação de desintegração do capitalismo, exigiram manobras do imperialismo norte-americano no sentido de dar a impressão de que a via bélica seria o último recurso extremo. No caso da Líbia, organizou-se a intervenção por meio da ONU, dando ares defensivos e humanitários. Os Estados Unidos empurraram a França e a Inglaterra para a linha de frente dos ataques, controlando-as por meio da Otan.



Tudo indica que as negociações multilaterais não funcionarão no caso do Irã. Muitos já foram os fracassos nesse sentido. Como já existe a condenação pela ONU e pela Agência Internacional de Energia Nuclear, Israel tem diplomaticamente as mãos livres para enviar seus aviões de guerra contra o Irã. Esse é o significado da declaração de Shimon Peres, prêmio Nobel da Paz, de que a guerra é a solução.

Os trabalhadores e a juventude do mundo devem lutar ao lado do Irã com a bandeira da autodeterminação dos povos e contra qualquer tipo de intervenção imperialista. Não se trata de defender ou apoiar a política do governo burguês iraniano. A defesa do direito do Irã controlar a energia nuclear e inclusive ter a bomba atômica corresponde ao direito à autodeterminação da nação oprimida pelas potências. Essas têm um arsenal nuclear que ameaçam a existência do planeta. Não há nenhuma outra experiência de uso desse armamento bárbaro a não ser pelos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial em Hiroshima e Nagasaki.

A posição do proletariado é de pôr fim imediato a esse tipo de arma, mas é utópico conceber a possibilidade do imperialismo eliminar seus arsenais, como é utópico pensar que Israel abriria mão de sua bomba atômica para que o Irã fizesse o mes-

mo. Ou que a Índia e Paquistão decidissem tornar o mundo menos perigoso desfazendo-se de suas bombas. Ou ainda que a China e Rússia dessem seus exemplos, para que a Índia, Paquistão e a Coreia do Norte os seguissem.

Como se vê, a ameaça de guerra contra o Irã não tem nada a ver com o desarmamento mundial nuclear, mas sim com o intervencionismo imperialista contra um regime nacionalista e adversário frontal do sionismo.

As tendências bélicas do capitalismo em sua fase imperialista assumiram proporções mundiais, potencializadas pela indústria militar multinacional. Não há como combatê-las com pretensas políticas pacifistas, com renúncia ao armamento deste ou daquele país ou com a sujeição das nações oprimidas às diretrizes internacionais ditadas pelas potências. Somente um convulsivo processo social de luta de classes pode bloquear, retroceder e finalmente eliminar as necessidades militares do capitalismo.

As manobras do imperialismo

Depois do governo de Israel ter se pronunciado, inequivocamente, que estava disposto a atacar as usinas nucleares do Irã, os Estados Unidos e a França procuraram se desvincular da notícia.

O secretário de defesa norte-americano, Leon Panetta, deu a entender que Israel não deve tomar uma iniciativa bélica de forma inesperada, ou seja, sem que haja o controle da situação pelas potências. Avalia que não basta despejar bombas sobre as usinas. O primeiro-ministro da França, Alain Juppé, se posicionou em favor de aumentar as sanções contra o Irã. O presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, quer que a ONU aumente as pressões sobre o governo iraniano, mas deixou claro que nenhuma opção está excluída.

Diante dessas manifestações, o ministro da Defesa de Israel, Ehud Barak, justificou que ainda não se decidiu por nenhuma operação militar. Repetiu a mesma cantilena dos Estados Unidos de que todas as opções estão abertas.

Nesse contexto de ameaças emitidas por Israel e aconselhamentos em tom menos bélico do imperialismo, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) divulgou um novo relatório acusando o Irã de fazer testes no sentido do desenvolvimento de armas nucleares. Diz que as pesquisas tecnológicas estão centradas em alcançar a capacitação nuclear para fins militares.

Essa iniciativa da AIEA, antecedida por declarações de autoridades israelenses sobre o ataque ao Irã, marca o retorno do conflito que se arrasta por algum tempo.

Os levantes no Norte da África e Oriente Médio, que resultaram em quedas de governos na Tunísia e Egito, bem como a intervenção militar das potências na guerra civil na Líbia, obrigaram o imperialismo a recolher provisoriamente sua ofensiva contra o Irã. Nem bem foi concluída a operação de liquidação do governo de Kadafi, as forças da reação mundial recolocaram em primeiro plano a destruição do programa nuclear do Irã.

Depois da Segunda Guerra Mundial e da guerra da Coreia, os Estados Unidos fizeram do intervencionismo e do expansionismo militar uma das marcas mais bárbaras do imperialismo. A guerra do Vietnam resultou numa carnificina. Tudo em

As guerras têm a função econômica não só de estabelecer novas repartições do mundo entre as potências e garantir o controle da maioria dos países semicoloniais, como também, conseqüentemente, destruir forças produtivas nas condições de crise de superprodução. É inerente à crise estrutural do capitalismo que Estados tomem medidas de expansão militar.

A diretriz do proletariado contra o armamentismo e as guerras se baseia na luta de classes e das nações oprimidas contra o domínio imperialista. Somente com o programa da revolução proletária e do internacionalismo revolucionário é possível combater a ofensiva contra o Irã, bem como contra o Iraque, Afeganistão, Líbia e em outras partes em que a intervenção continua mascarada.

Em defesa do Irã contra as ameaças de guerra das potências e de Israel!

Fora o imperialismo da Líbia, Iraque e Afeganistão!
Pela autodeterminação dos povos!

nome da democracia, da paz e da liberdade. Com essas bandeiras, impõem aos povos oprimidos a lei dos saqueadores.

As atuais ocupações do Afeganistão e do Iraque, assim como os bombardeios na Líbia, constituem uma despótica violação da autodeterminação dessas nações semicoloniais. As ameaças contra o Irã fazem parte do amplo movimento de intervenções e ocupações militares do imperialismo. A doutrina da burguesia ianque de que, com a globalização, o direito de autodeterminação está superado vem sendo plenamente aplicada.

A desorganização mundial da classe operária, provocada em grande medida pela destruição da III Internacional pelo estalinismo, e o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, China etc. facilitaram o exercício da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos. As demais potências os têm seguido.

A vanguarda não pode se perder em meio às manobras do imperialismo, como as que realizou para intervir na Líbia e que agora realiza em torno do Irã. No caso da Líbia, se utilizou de uma guerra civil embrionária para enviar sua frota e aviões de guerra contra o regime de Kadafi, objetivando o controle do petróleo. No Irã, tem preparado um plano de intervenção, usando o enclave de Israel, contra o governo nacionalista dos aiatolás, objetivando impedir seu desenvolvimento independente e quebrar o monopólio nacional do petróleo.

Em contraposição às manobras em torno da questão nuclear, é necessário defender o direito do Irã de dominar todo o ciclo da energia atômica e inclusive a bomba. Há que se assinalar que o maior perigo atômico parte do vasto arsenal construído pelos Estados Unidos, França e Inglaterra. E que a política do proletariado é a de pôr fim a todo tipo de armamento de guerra. O que será possível com a retomada das revoluções socialistas do século XX, recuperando o terreno perdido principalmente nas últimas três décadas e avançando em direção à sociedade comunista.

A superação da crise de direção depende do desenvolvimento da política antiimperialista do proletariado. A defesa da autodeterminação das nações oprimidas e da rebelião destas contra os saqueadores está em plena ordem do dia.

Governo do Irã denuncia os Estados Unidos

Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irã, pressionado pelas novas ameaças de Israel, informou que seu país aplica anualmente 250 milhões de dólares em pesquisa, com objetivos pacíficos e civis. Rebateu o relatório da AIEA e acusou Yukiya Amano, seu diretor geral, de não ter independência diante dos Estados Unidos. Não se trata de acreditar nas declarações de Ahmadinejad sobre os objetivos do programa nuclear, mas de defender o direito de autodeterminação do Irã. Quanto à acusação de que o diretor geral da AIEA é uma agente do imperialismo, é a mais pura verdade.

O Irã demonstrou intenção de fazer uma série de acusações na ONU sobre assassinatos de alguns de seus cientistas. Também é provável que isso possa estar ocorrendo, uma vez que os organismos de segurança do imperialismo recorrem ao método do terror do Estado, aberto ou velado.

Alguns dados sobre o arsenal norte-americano foram usados por Ahmadinejad no jogo de acusações. Afirma que os Estados Unidos estão usando 81 bilhões de dólares do orçamento extraordinário para aumentar o seu arsenal nuclear em 2011 e que possui 5000 bombas nucleares. E que Israel deve possuir 300 bombas atômicas de um arsenal não declarado. De fato, o governo israelense mantém oculto seu programa nuclear. Ao lado desse armamento, desenvolve uma moderna indústria armamentista.

A corrida armamentista no Oriente Médio é de responsabilidade dos Estados Unidos e demais potências imperialistas. O capitalismo decadente inevitavelmente impulsiona as tendências bélicas. As regiões mais conflagradas, como o Oriente Médio, alimentam a indústria de armas imperialistas. Evidentemente, a solução não está em o Irã concorrer com o Estado militarista de Israel.

A autocracia que representa a burguesia iraniana não tem como sustentar a autodeterminação da semicolônia aumentando a sua capacidade de defesa, embora seja o direito da nação oprimida fazê-lo. A revolução de 1979 acabou sendo apropriada pela casta dos aiatolás, que a circunscreveram a um regime teocrático e ao nacionalismo burguês.

O proletariado iraniano tem a tarefa de construir o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskyista. A luta antiimperialista tem de ser protagonizada pelas massas exploradas, sob o programa e direção da classe operária. Programa esse que expressa o internacionalismo marxista, cuja bandeira histórica é a dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Os explorados do conjunto das nações oprimidas da região terão de se emancipar da burguesia, das castas semi-feudais e do obscurantismo religioso para liquidar com o regime capitalista, expulsar o imperialismo e vencer o atraso econômico e social.

Argentina: eleições gerais 2011

O PO se atola no oportunismo eleitoral

Realizar um balanço crítico da intervenção eleitoral do Partido Obrero, componente principal da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT)¹, não é tarefa simples. Requer seguir as marchas e contramarchas discursivas que oscilam do democratismo mais vulgar à autoproclamação "socialista" da frente eleitoral e seus votos.

As primeiras declarações

Dois dias depois dos comícios, Jorge Altamira declarava: "os 660.000 votos (...) constituem uma ratificação formidável de um setor amplo dos trabalhadores e da juventude a favor de desenvolver uma alternativa política anticapitalista em todo o país." E agregava que esses votos "principistas" desmentiam as "interpretações" de que só se limitavam "a facilitar uma participação na eleição nacional". Apesar de eleger um deputado (na província de Buenos Aires) se lamentava que não conseguiram... dois! E que confia que a quantidade de votos obtida permitirá constituir a Frente em alternativa política ante a crise capitalista mundial, em todo o país.

660.000 votos é uma quantidade por si significativa para ser uma expressão "socialista" frente às fortes ilusões democráticas. E nos sentiríamos particularmente inclinados a compartilhar seu otimismo se não fosse o método marxista, que nos obriga a fazer o balanço de sua intervenção eleitoral e do caráter dos votos, não pelo entusiasmo e desejos subjetivos, mas sim com base na análise mais fria – mas mais certa e objetiva – das relações que fazem a mediação entre os votos e a campanha que levou adiante a FIT.

Preparando o terreno para a manobra oportunista

Na semana prévia às eleições, Altamira anunciava que se havia conseguido instalar uma alternativa anticapitalista e que a campanha era já "um triunfo político" nacional.

Do discurso triunfalista de menos de dois meses atrás (quando conseguiram superar o proscrito de 3% de votos efetivos nas primárias, exigido pela nova lei eleitoral, para ter direito a participar das eleições gerais) se passou à "autoproclamação socialista" dos votos do 23 de Outubro.

Mas semanas antes das primárias, o PO chamava abertamente o voto "democrático" na FIT para que a esquerda pudesse competir nas gerais e tivesse sua voz no parlamento.

Tantas idas e voltas recordam as manobras morenistas de preparar a militância para tapar o desempenho eleitoral, manter os ânimos altos e, de passagem, criar o discurso de ocasião que justificasse a pobreza ideológica da campanha, dizendo completamente o oposto do afirmado dias antes.

Autoproclamação socialista versus democratismo vulgar

Uns dias antes das eleições, o Partido Obrero já "associava" os votos que obteriam ao caráter "socialista" da Frente de Esquerda. Em Prensa Obrera N° 1199 podemos ler: "recuperamos a política eleitoral socialista como fator de desenvolvimento político

da classe operária.” e mais adiante que “o ingresso de deputados de esquerda no Congresso reforçaria enormemente a autoridade política de quem luta por uma saída anticapitalista frente à crise.” No mesmo número, em uma entrevista, Altamira afirma: “nossa expectativa é conquistar um bloco de Esquerda no Congresso Nacional e modificar com ele a agenda política e social do país, e desenvolver uma perspectiva de poder.” Associando a conquista de um cargo parlamentar, no seio de uma instituição burguesa, com a possibilidade de modificar a “agenda política” do país e, note-se, desenvolver uma “perspectiva de poder”.

Em editorial do mesmo número, Marcelo Ramal exclama: “o ingresso de deputados de Esquerda (...) teria um significado estratégico: a implantação de uma alternativa de caráter anticapitalista em momentos que a crise capitalista ameaça destruir as conquistas operárias, associando a luta parlamentar ao desenvolvimento de uma alternativa anticapitalista”.

Como veremos, a “contradição” entre formas democráticas burguesas e a luta para impulsionar a “alternativa anticapitalista” se resolverá a favor do democratismo eleitoral mais descarado. É em sua campanha que fica desnuda a verdadeira política da FIT, renegando o que eles mesmos escrevem para consumo interno de sua militância. Na campanha chamaram a “colocar a Esquerda no parlamento” para “lutar” aí pela defesa das lutas populares. Até tentaram demonstrar que “outra forma de legislar” é possível, com rotatividade nos cargos e ganhando o salário médio de um operário².

O FIT substituiu a tática proletária pelo impressionismo pequeno-burguês

Geralmente, nas eleições burguesas os explorados não se expressam homogeneamente como força social, mas sim como indivíduos isolados uns dos outros que votam seguindo suas consciências e seu ânimo político sob a pressão de fatores sociais objetivos e concretos.

Quando se afirma que o apoio a uma força de Esquerda constitui “por si” um voto “socialista”, se quer dizer, por acaso, que estes votos correspondem a uma força política que ainda que não sendo de massas, se expressa de forma organizada e coesa mediante um programa revolucionário definido? Se fosse assim estaríamos diante da presença de uma virada decisiva de importantes setores proletários e de oprimidos em direção a posições revolucionárias. E ante um fortalecimento organizativo do partido revolucionário.

Então para que existisse o caráter “socialista” dos votos que se “adjudicava” a FIT, estes deveriam ser a síntese de uma campanha que denunciasses as eleições burguesas e todas suas instituições como a parte da ditadura capitalista. Que chamasse os explorados a empregar a ação direta para conquistar suas reivindicações e lhes assinalasse que as condições objetivas para a revolução social já estão plenamente maduras e que, portanto, é necessário organizar-se em torno da estratégia da classe para transformar toda a sociedade por meio da revolu-

ção e ditadura proletárias.

Porém, por mais que se busque uma linha, um áudio ou uma frase, não encontramos nem uma destas ideias em sua campanha de massas de forma clara e precisa.

A FIT joga a as escondidas para evitar encarar a realidade

“As palavras se calam quando os fatos falam” foi a frase que Trotsky usou em seu artigo “O Terceiro Período dos erros da Internacional Comunista” para criticar o estalinismo quando afirmava que na França se acelerava a radicalização das greves e chamava à luta revolucionária no marco de um refluxo político das massas.

A crítica se centrava em demonstrar que é impossível orientar corretamente a vanguarda e as próprias filas partidárias com base a preceitos falsos e uma política equivocada. Guardadas as distâncias históricas, esta máxima poderia hoje aplicar-se à FIT. Que com passes mágicos de oratória tentou ocultar que não houve um avanço das massas para a esquerda nas eleições. Pelo contrário, houve um massivo apoio popular ao governo burguês de Cristina Fernández de Kirchner que arrasou todos seus oponentes.

A burguesia consegue assim manter a continuidade de sua política. O governo eleito demonstrará que está no governo para preservar os negócios capitalistas e a propriedade privada. Ao mesmo tempo, aumentará a exploração, o desemprego e a perseguição aos que se atreverem a lutar (como sucedeu com o encarceramento do delegado ferroviário “Pollo” Sobredo ou o assassinato de Mariano Ferreyra).

Derrotar o centrismo para ganhar a vanguarda proletária para o marxismo

O POR da Argentina polemizou abertamente contra estes desvios da FIT. Luta que combinou com uma campanha comunista para tentar educar os trabalhadores no rechaço às instituições da burguesia e na confiança em seus próprios métodos de luta para conquistar todas suas reivindicações. Sinalizando que a tarefa mais urgente nunca foi fortalecer as ilusões nas eleições, mas sim aprofundar a luta de classes. Nós denunciaremos agora que a antecipada “autoproclamação socialista” dos votos se trata de uma falsificação da realidade e uma manobra para ocultar sua miséria política.

Lamentamos sinceramente ver como se arrastam centenas dos melhores e mais combativos delegados e lutadores da classe operária e os demais oprimidos do país atrás desta embriaguez oportunista. Quando falamos de aprofundar a luta contra o centrismo não fazemos mais que dar um caráter mais concentrado à luta por separar a vanguarda política do proletariado das falsas políticas de classe.

A crítica marxista ao centrismo torna-se uma imperiosa necessidade para preparar o caminho da vanguarda em direção ao seio do partido marxista-leninista-trotskista.

1. Aliança eleitoral formada nacionalmente pelo Partido Obrero, Partido de os Trabajadores Socialistas e Esquerda Socialista. E no nível provincial e local por outras correntes como o PSTU, Convergência Socialista, etc.

2. “Defendemos um princípio revolucionário: um deputado de Esquerda não pode estar melhor que o operário ou o docente que nele votou.” Jorge Altamira, Prensa Obrera 1199.

Argentina

É urgente responder à crise e ao governo burguês de Kirchner com a ação direta e o programa proletário, não com experimentos oportunistas

Na contramão do salto da luta de classes mundial, que assinala que o caminho de resistência e de combate às medidas capitalistas passa pela ação coletiva de massa nas ruas e não pelas urnas ou parlamentos, PO e PTS querem nos fazer crer que o balanço de sua participação eleitoral é um *“triunfo político”* e uma via para construir uma *“alternativa socialista”*.

Para nós, não se trata tão somente de continuar polemizando com concepções teóricas, políticas e organizativas opostas às tradições revolucionárias do bolchevismo. Trata-se, principalmente, de contrapor as tendências da luta de classes mundial e as tarefas que estão objetiva e historicamente colocadas para os explorados aos experimentos democratizantes do centrismo, que atuam como um bloqueio ao objetivo de armar politicamente a vanguarda diante da crise capitalista.

O triunfalismo eleitoral dos epígonos morenistas não resiste à menor prova, mesmo no terreno quantitativo. A porcentagem de votos obtidos é similar aos resultados anteriores das forças reunidas hoje na Frente de Esquerda. Com a diferença que agora estão numa mesma lista.

Uma situação que poderia se apresentar como mais favorável para disputar o “eleitorado progressista” com as variantes nacionalistas que romperam com o kirchnerismo e ampliar sua inserção entre as camadas mais progressivas da classe média e do proletariado onde têm influência, uma vez que a Frente de Esquerda contou com uma significativa quantidade de minutos gratuitos em horários centrais e nos meios de comunicação mais importantes do país. Não obstante, contrariando sua pretendida ação para desenvolver uma “alternativa socialista”, a Frente não desenvolveu, nem em sua campanha e muito menos na mídia, uma propaganda comunista, ou agitaram as massas a lutar contra os ajustes econômicos da burguesia com seus próprios métodos, sem esperar as eleições ou seus resultados. Tanto PO quanto o PTS preferiram, isso sim, um discurso civilizado, ajustado aos preconceitos democráticos vigentes. E apresentarem-se como “alternativa de esquerda”, que respeita as “regras do jogo” eleitoral e das instituições burguesas. Tudo para tentar colocar um deputado no parlamento!

Alcançaram esse objetivo somente na província de Neuquén, onde existe a influência da luta da fábrica Zanón na sociedade e sua tradição política foi a alavanca que permitiu eleger um deputado provincial.

As eleições já demonstraram que a esquerda está muito longe de ser um força eleitoral decisiva, que não consegue constituir-se como “oposição de esquerda”, com representação parlamentar ou institucional – ainda que descorando ao máximo o seu discurso -, mantendo-se estagnado em seu volume histórico de votos. Mostram também que a classe operária não consegue se independizar dos politiquieiros a soldo do grande capital e que se encontra desarmada diante da crise. Isso acontece porque não conta com uma firme orientação de uma direção revolucionária que a dirija na luta de classes.

Entretanto, o apoio eleitoral ao governo Kirchner não significa um cheque em branco. Os processos políticos e as relações entre as classes estão em permanente transformação, produto da brutal e demolidora crise econômica capitalista internacional. Nas condições de aguda tensão social, quando o sistema vigente se torna insuportável para vastas camadas da população, o ânimo das massas pode mudar bruscamente e radicalizar politicamente, permitindo superar suas ilusões democráticas da véspera. O que as leva a se chocar com aqueles nos quais depositaram sua confiança por meio do voto. Em todo mundo, essa tendência vem se confirmando. A Argentina não escapará dela.

Partindo dessa compreensão, é necessário afirmar que a crise econômica, trasladando-se para as relações políticas entre as classes, agudizará os choques entre os explorados e o governo kirchnerista. Esse já vem preparando medidas para congelar os salários, saquear até o último centavo do orçamento nacional para pagar a dívida externa, dar carta branca para a suspensão de turnos inteiros, redução de horas-extras e demissões nos principais ramos econômicos, etc.

Essa tendência tomará uma forma mais aguda quando o imperialismo o obrigar a impor medidas de ajuste que se aplicam hoje no mundo, principalmente na União Europeia, recorrendo à repressão como principal recurso para frear e abortar as lutas dos explorados. Como já demonstraram o governo dito “progressista” do Brasil (PT) diante das greves dos operários das usinas de Jirau e Santo Antônio (Rondônia), da greve dos professores (Ceará) e da ocupação estudantil na USP (São Paulo) e do chamado “socialista” da Bolívia (MAS) contra a mobilização indígena do TIPNIS.

A decomposição acelerada da democracia burguesa e sua manifestação como ditadura aberta de um punhado de monopólios, que atua por cima das fronteiras nacionais e se apoia na repressão, deixa bem claro que as mínimas condições de vida dos explorados é incompatível com o domínio da oligarquia financeira, dos monopólios e da democracia burguesa.

Por isso, já não existe margem para os experimentos oportunistas do centrismo. O dever de uma direção revolucionária é ajustar sua intervenção às tendências da luta de classes mundial que, não temos dúvida, evoluem e obrigam os explorados a dar respostas centralizadas e radicalizadas contra os capitalistas e os governos da ordem. Rechaçamos a farsa de que a unidade frentista entre PO, PTS e Esquerda Socialista expressou a tática leninista de intervenção nas eleições. Em nenhum momento, subordinaram a intervenção nas eleições ao método da ação direta, denunciaram a democracia burguesa como ditadura de classe da burguesia e fizeram a defesa da estratégia da revolução proletária. Sem dúvida, a superação das ilusões democráticas mediante uma enérgica ação e agitação comunistas é hoje uma tarefa de importância capital para começar armar o proletariado e sua vanguarda para resistir e enfrentar a barbárie que avança.

Bolívia:

Triunfo da URUS na FUL-UMSS evidencia o ascenso das massas

Essa vitória é a prova de que os estudantes são o componente social mais dinâmico da universidade, é o mais permeável à atitude geral das massas, que se rebelam contra o mentiroso “processo de mudança” do MAS e diante do ídolo de barro Evo Morales.

Produziu-se uma acelerada, até mesmo surpreendente, virada estudantil para a esquerda, que encontra como única expressão a União Revolucionária dos Universitários Socialistas (URUS) dentro da Universidade. URUS vem há mais de 40 anos elaborando as bandeiras da Revolução Proletária e, no último período, funcionando como organismo paralelo do POR. Manteve-se firme na denúncia do MAS, que gerava tantas ilusões. O MAS não passa de uma expressão a mais da política burguesa, e que agora se reforça com o aumento do ascenso global de massa. Esta etapa é caracterizada como preparatória para uma situação francamente revolucionária. Que vai ajustando as contas em seus setores com seus líderes vendidos e dotando-se de direções radicais. Que lhe garantam o triunfo em suas reivindicações e não se detenham na simples reforma, mas que as transformem em reivindicações políticas.

Os preconceitos contra os métodos de ação direta (greves, passeatas, crucificações e outros), que foram usados para demonizar os trotskistas no período de retrocesso da massa estudantil, agora se convertem em substância que enriquece o reconhecimento da URUS de retomar o caminho interrompido para uma nova universidade no seio de uma nova sociedade.

As eleições da Federação Universitária Local da Universidade Maior San Simones (FUL-UMSS) sintetizaram a situação das principais forças políticas do país.

A direita tradicional, incorporada na chapa “Simones com Autonomia e Co-governo”, que graças à intimidação e a fraude estiveram nos últimos dois anos na direção da FUL, se aproveitando do retrocesso estudantil, ficaram em último lugar. Embora também criticassem o MAS para tentar capitalizar a rebelião das massas, foram totalmente identificados com a política privatista e desprezados pelos estudantes. Mesmo uma camada de professores, que costumava fazer campanha para eles, deu-lhes as costas, e indiretamente apoiou a URUS, preferindo uma força que faça frente às políticas anti-autonomia e anti-trabalhista do MAS. Antes, era organizada pelos partidos de direita, mas agora que estes partidos estão em colapso, age de acordo com seus interesses imediatos e particulares. Os estudantes da direita tradicional já não conse-

guem se reagrupar, são dominados pela podridão e pela degeneração grupal e pessoal. O MAS agora ocupou o lugar dessa direita.

O MAS (a nova direita) chegou às eleições politicamente derrotado, geralmente apresentava-se com o nome de “Identidade com Dignidade”, usando as cores do MAS. Para despistar, teve de se camuflar com o nome “Consciência Universitária”, usando a cor laranja e distribuindo balões, cachecóis e outras bugigangas, no lugar de defender “seu” processo de mudança como faziam antes. Os massistas colocaram dinheiro na campanha como nunca e conseguiram apoio com mentiras e por meio de suas ligações nas faculdades tradicionalmente mais conservadoras, como a de medicina. Apesar de estarem em segundo lugar, com uma votação considerável, é o maior derrotado. Nunca conseguiram se forjar como uma verdadeira estrutura organizacional na universidade e rapidamente assistimos seu enterro político.

A chapa da URUS, apesar de contar com uma camada de jovens que ainda não conseguiu encarnar seu programa e tradição, acertou ao se colocar como a resposta contra o MAS e as outras camarilhas. Levantou a bandeira de tornar a FUL uma trincheira de resistência e independência junto à luta social, combater por um mundo melhor, sem explorados e oprimidos. Neste cenário político, apesar da ambiguidade, essas palavras de ordem se amplificaram de forma inesperada, levando os universitários revolucionários a ter uma excelente votação, até mesmo onde não chegaram fisicamente.

A atual situação política levou a URUS à direção da FUL por seu programa e persistência. Observamos o retorno de muitos que se acomodaram no MAS, traindo a bandeira da revolução proletária. São aqueles que com o ascenso das massas se aproximam a procura de um lugarzinho na FUL-URUS. É um grande erro procurar reciclá-los, sem submetê-los a uma severa crítica.

O voto nulo/branco e o abstenção não foram depreciáveis. São das camadas mais atrasadas onde domina o “Eu não me importo”. Sobre essas camadas falta ainda um trabalho político, que é a tarefa imediata da vanguarda revolucionária.

O principal objetivo é recuperar a universidade e colocá-la a serviço da luta do proletariado pela libertação social e nacional da opressão imperialista, a principal causa do atraso e da pobreza em que vive o país.

A Nova Universidade será produto da Nova Sociedade
(Extraído do “Masas” nº 2242, de 11/11/11)

Lembrando o aniversário da Revolução Russa, que em 7 novembro de 2011 completou 94 anos, transcrevemos um texto sucinto, mas altamente programático, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, escrito em 17 novembro de 1965, portanto, há 46 anos.

Nossa homenagem à Revolução Russa de Lênin e Trotsky

Em 7 de novembro de 1917, abriu-se uma nova era para a humanidade e para a classe operária. O marxismo e o socialismo deixaram de ser simples proposições teóricas para se tornarem realidade atuante.

O legado de que cuidamos apaixonadamente é a Revolução de Outubro, sem distorções ou manchas - o germen de uma nova sociedade sem explorados nem exploradores.

É para defender esta preciosa herança que lutamos incansavelmente contra a burocracia estalinista contra-revolucionária.

Defendemos a Rússia de Lênin e Trotsky, impulsionando a revolução em nosso país e fortalecendo o movimento de libertação nacional (assim se expressa o internacionalismo proletário) e – isso é preciso sublinhar – nos recusando a seguir as piruetas diplomáticas dos sátrapas contra-revolucionários do Kremlin.

A vitória da revolução de 1917 confirmou os seguintes aspectos

fundamentais do marxismo:

- Nos países atrasados, o proletariado também é chamado a tomar o poder político para realizar as tarefas democráticas pendentes (atraso) e transformá-las em socialistas. Por essa via, se abrirão as comportas da civilização.
- A vitória da revolução só será possível se se põem em pé um poderoso partido político da classe operária, com capacidade de dirigir toda a nação oprimida pelo imperialismo.

Os problemas colocados pela revolução em um determinado país somente poderão encontrar sua solução na arena internacional, apoiando-se no movimento operário mundial (internacionalismo proletário) e na economia que se desenvolve por cima das fronteiras nacionais.

(Extraído do “Masas” nº 2242, artigo originariamente no “Masas”, nº 306, La Paz, 17 nov, 1965)